



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária, do segundo ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos seis de novembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cássia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Afonso Lopes da Silva para proferir o seguinte texto: Evangelho de João – Capítulo 14, versículos 1 a 7: “Jesus continuou dizendo: ‘Não fique perturbado o coração de vocês. Acreditem em Deus e acreditem também em mim. Existem muitas moradas na casa de meu Pai. Se não fosse assim, eu lhes teria dito, porque vou preparar um lugar para vocês. E quando eu for e lhes tiver preparado um lugar, voltarei e levarei vocês comigo, para que onde eu estiver, estejam vocês também. E para onde eu vou, vocês já conhecem o caminho.’ Tomé disse a Jesus: ‘Senhor, nós não sabemos para onde vais; como podemos conhecer o caminho?’ Jesus respondeu: ‘Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida. Ninguém vai ao Pai senão, por mim. Se vocês me conhecem, conhecerão também o meu Pai. Desde agora vocês O conhecem e já O viram.’” A seguir, o Sr. Presidente registrou a presença do Sr. Tarcisio Cleto Chiavegato, querido ex Prefeito, grande Prefeito de cinco mandatos de Jaguariúna e o agradeceu pela visita, dizendo para que ele ficasse à vontade; a seguir, determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. O Sr. Presidente comunicou que, visto a apreciação, na Ordem do Dia, das Contas do Município de Jaguariúna, referentes aos exercícios de 2014 – TC – 0455/026/2014, 2012 – TC – 1914/026/2012 e 2015 – TC – 2547/026/2015, a partir daquele momento o Expediente seria reduzido a 30 (trinta) minutos, em conformidade



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

com o § 4º do art. 281, do Regimento Interno. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria constante do Expediente: pela ordem, o Sr. Ângelo Roberto Torres pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos Projetos, Requerimentos, das Indicações e das Moções dos Senhores Vereadores, e das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta. Em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito, foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 134/2018 encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que altera, conforme especifica, o artigo 174 da Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências; 2. Ofício DER nº 135/2018 solicitando a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 018/2018, do Executivo Municipal, que acresce o art. 591-A à Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências, encaminhado através do Ofício DER nº 128/2018; 3. Ofício DER nº 136/2018 solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 075/2018 que dispõe sobre o sistema de estacionamento rotativo nas vias e logradouros públicos do Município de Jaguariúna e autoriza a outorga de concessão do serviço público, encaminhado pelo Ofício DER nº 120/2018; 4. Ofício DER nº 137/2018 encaminhando a Casa Projeto de lei que dispõe sobre a construção de novos edifícios de apartamentos residenciais ou de qualquer outra natureza de até 12 (doze) pavimentos, e dá outras providências; 5. Ofício DER nº 138/2018 encaminhando a Casa Projeto de lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para realizar remanejamentos do Orçamento 2018; 6. Ofício DER nº 139/2018 encaminhando a Casa Projeto de lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para realizar remanejamentos do Orçamento 2018; 7. Ofício DER nº 140/2018 encaminhando a Casa Projeto de lei que dispõe sobre o incentivo à autocomposição judicial e extrajudicial no âmbito do Município de Jaguariúna e dá outras providências; 8. Ofício DER nº 141/2018 encaminhando a Casa



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de lei que dispõe sobre o recebimento de patrocínio para realização de eventos públicos no âmbito do Município de Jaguariúna e dá outras providências; 9. Ofício DER nº 142/2018 encaminhando a Casa Projeto de lei complementar que inclui §§ 1º e 2º ao art. 661, os arts. 728, 729 e 730, e substitui os Anexos VII, XII, XV e XVI, da Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências, depois de lidos, foram os projetos e os ofícios de retirada encaminhados para as Comissões Permanentes, para parecer e providências; 10. Ofício SEGOV nº 0844/2018 dando resposta ao Requerimento nº 253/2018 do Sr. Romilson Nascimento Silva sobre informações contendo cópia de documento solicitando ao Governo do Estado a construção de uma ETEC no Município, em conformidade com o Ofício SEGOV nº 0640/2018; 11. Ofício SEGOV nº 0856/2018 dando resposta ao Requerimento nº 211/2018 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informar porque até o momento não foi atendida a Indicação nº 119/2018, solicitando que seja feita a sinalização de solo em toda extensão da Avenida Pacífico Moneda; 12. Ofício SEGOV nº 0857/2018 dando resposta ao Requerimento nº 222/2018 do Sr. José Muniz solicitando informar porque até a data de 03/09/2018, não foi atendida e respondida a Indicação nº 078/2018, que solicita a construção de um ponto de ônibus na Avenida Rinaldi, defronte ao Bon Neto Supermercados; 13. Ofício SEGOV nº 0858/2018 dando resposta ao Requerimento nº 228/2018 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informar porque até o presente momento não foi atendida a Indicação nº 161/2018, que solicitou a colocação de lombada na Rua Laranjeira, Br. Roseira de Cima; 14. Ofício SEGOV nº 0859/2018 dando resposta ao Requerimento nº 229/2018 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informar porque até o presente momento não foi atendida a Indicação nº 147/2018, que solicitou a pintura de faixas contínuas e sinalização de solo no trecho da Rua Maranhão entre o Labareda Hall e a MP Eventos; 15. Ofício SEGOV nº 0860/2018 dando resposta ao Requerimento nº 230/2018 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informar porque até o presente momento não foi atendida a Indicação nº 149/2018, que solicitou a pintura de faixas de pedestres diante dos portões da Escola Cel. Amâncio Bueno; 16. Ofício SEGOV nº 0861/2018 dando resposta ao Requerimento nº 232/2018 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações sobre as



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Secretarias Responsáveis pelas alterações no trânsito do Município, entre outras questões; 17. Ofício SEGOV nº 0862/2018 dando resposta ao Requerimento nº 239/2018 da Sra. Tais Camellini Esteves solicitando informações sobre a construção de uma faixa elevada nas ruas em frente ao Hospital Municipal de Jaguariúna; 18. Ofício SEGOV nº 0863/2018 dando resposta ao Requerimento nº 0242/2018 da Sra. Tais Camellini Esteves solicitando informar qual a possibilidade de fazer uma lombada na Avenida Pacífico Moneda, próximo ao Condomínio Quinta das Laranjeiras; 19. Ofício SEGOV nº 0864/2018 dando resposta ao Requerimento nº 0241/2018 da Sra. Tais Camellini Esteves solicitando informações sobre o valor aproximado para feitura de uma lombada no Município; 20. Ofício SEGOV nº 0867/2018 dando resposta ao Requerimento nº 0212/2018 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informar porque até o momento não foi atendida a Indicação nº 113/2018, solicitando construção de uma lombada na rua Maranhão, esquina com Pacífico Moneda, próximo à ponte do Rio Camanducaia; 21. Ofício SEGOV nº 0868/2018 dando resposta ao Requerimento nº 0236/2018 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo e Cristiano José Cecon solicitando informações sobre a criação de novo decreto regulamentador das diárias de viagens aos condutores de veículos da área da Saúde, em virtude das novas regras de alimentação dos servidores; 22. Ofício SEGOV nº 0869/2018 dando resposta ao Requerimento nº 252/2018, do Sr. Romilson Nascimento Silva, solicitando cópia de todos os projetos e atividades realizados pelo Poder Executivo de melhoria nos bairros Floresta, Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim, desde janeiro de 2017; 23. Ofício SEGOV nº 0871/2018 dando resposta ao Requerimento nº 250/2018, do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informar se existe previsão para entrega de rede de esgoto nos bairros Floresta, Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim, entre outras questões; 24. Ofício SEGOV nº 0872/2018 dando resposta ao Requerimento nº 227/2018, do Sr. Walter Luís Tozzi Camargo e Cristiano José Cecon solicitando informar sobre o prazo e viabilidade de aquisição ou locação de novos carros especiais; 25. Ofício SEGOV nº 0875/2018 dando resposta ao Requerimento nº 036/2017, do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informações sobre o Projeto de Reforma do Campo Altino Amaral que está localizado no Bairro Jardim São Sebastião; 26. Ofício SEGOV nº 0877/2018 dando resposta ao Requerimento nº 117/2018, do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informações se existe a possibilidade de colocar um corrimão na escada em frente à Casa da Memória; 27. Ofício SEGOV nº 0878/2018 dando resposta ao Requerimento nº 194/2018, do Sr. David Hilário Neto solicitando



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

informar sobre os serviços/reparos que devem ser executados na Curva do Cotovelo, localizada entre o final da rua Novaes e da Rua Vicentini, bairro Terras da Capela de Santo Antonio, entre outras questões; 28. Ofício SEGOV nº 0879/2018 dando resposta ao Requerimento nº 233/2018, do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando à Companhia Luz e Força Santa Cruz - CPFL Santa Cruz, informações sobre o aumento da tarifa de energia nas cidades de Jaguariúna e Pedreira (com cópia para o Sr. Prefeito); 29. Ofício SEGOV nº 0880/2018 dando resposta ao Requerimento nº 234/2018, do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações sobre as cópias do contrato/licitação das empresas prestadoras de serviços referentes à limpeza de fossas sépticas no Município, entre outras questões; 30. Ofício SEGOV nº 0881/2018 dando resposta ao Requerimento nº 264/2018 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações sobre melhorias a serem feitas na passarela defronte à CEI Dona Ik, no Jardim São Sebastião, com cópia do projeto, estudos e impacto financeiros (detalhados); 31. Ofício SEGOV nº 0882/2018 dando resposta ao Requerimento nº 263/2018 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando as respostas aos Requerimentos de sua autoria nº 218/2018 que solicita informar quem é o responsável pela concessão e controle das férias dos funcionários que ocupam cargo em comissão, Secretários e Diretores municipais, entre outras questões e 223/2018, que solicita informar a quantidade de imóveis alugados pela Prefeitura Municipal, dentre outras questões; 32. Ofício SEGOV nº 0883/2018 acusando o recebimento do Requerimento nº 265/2018, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, solicitando à CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, informações se toda a frota de veículos em atividade no Município está em condições adequadas para ser utilizada pela Administração (com cópia para o Executivo Municipal e para o Departamento Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho-DEEESMT); 33. Ofício SEGOV nº 0884/2018 acusando o recebimento do Requerimento nº 266/2018, da Sra. Tais Camellini Esteves solicitando informações sobre quando está previsto o início da revitalização da rodoviária de Jaguariúna; 34. Ofício SEGOV nº 0885/2018 acusando o recebimento do Requerimento nº 267/2018, da Sra. Tais Camellini Esteves solicitando informar da possibilidade de construir uma lombada na rua Pedro Lana, próximo ao Condomínio Recanto Jaguari; 35. Ofício SEGOV nº 0886/2018 acusando o recebimento do Requerimento nº 268/2018, da Sra. Tais Camellini Esteves solicitando informar da possibilidade de construir uma lombada na rua Rovaron, em frente ao número 78; 36. Ofício SEGOV nº 0887/2018 acusando o recebimento do Requerimento nº 269/2018, da Sra.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Cássia Murer Montagner solicitando informar do motivo de até 08/10/2018 não foi atendida e respondida a indicação nº 257/2018, que solicita a correção de marcação do solo no cruzamento entre a rua Maranhão e rua Souza; 37. Ofício SEGOV nº 0888/2018 acusando o recebimento do Requerimento nº 270/2018, da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando informações do motivo de até 08/10/2018 não estar sendo cumprida a Lei nº 2.439/2017, que dispõe sobre o parcelamento de preços públicos de sepultamento e exumação no Município de Jaguariúna, e dá outras providências; 38. Ofício SEGOV nº 0889/2018 acusando o recebimento do Requerimento nº 271/2018, do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações sobre a condição de uso do aparelho “estação total”, usado para levantamentos topográficos e outros; 39. Ofício SEGOV nº 0890/2018 acusando o recebimento do Requerimento nº 272/2018, do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações da providência que foi adotada para sanar o problema de alagamento na rua Vigatto, Vila Miguel Martini; 40. Ofício SEGOV nº 0891/2018 acusando o recebimento das Indicações nºs 294 e 295/2018 do Sr. Afonso Lopes da Silva; 293/2018 da Sra. Cássia Murer Montagner; 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302 e 303/2018 da Sra. Tais Camellini Esteves; 41. Ofício SEGOV nº 0892/2018 acusando o recebimento da Moção nº 106/2018, da Sra. Cássia Murer Montagner de congratulações e louvor ao Executivo Municipal pela inauguração do Centro de Educação Infantil – CEI – Professora Maria Célia Nóbile Cassiani, no bairro Santa Cruz, ocorrida no dia 29 de setembro corrente; 42. Ofício SEGOV nº 0894/2018 dando resposta ao Requerimento nº 223/2018 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informar a quantidade de imóveis alugados pela Prefeitura Municipal, dentre outras questões; 43. Ofício SEGOV nº 0895/2018 dando resposta ao Requerimento nº 257/2018 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando conforme resposta enviada pelo Ofício SEGOV nº 0784/2018 ao Requerimento nº 221/2018 (sobre veículos que atendem à APAE), cópia constando checklist dos veículos avaliando condições de uso e segurança dos mesmos, de janeiro de 2017 até a presente data; 44. Ofício SEGOV nº 0896/2018 dando resposta ao Requerimento nº 258/2018 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações sobre clínicas credenciadas no CISMETRO; quantos cidadãos foram atendidos no período de janeiro de 2017 até a presente data; qual o tempo máximo de duração do tratamento para dependentes do álcool e drogas e qual o custo total pago pela Prefeitura de Jaguariúna, com os referidos tratamentos, entre outras questões, conforme resposta ao Requerimento nº 220/2018 (clínicas de atendimento de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

dependentes), através do Ofício SEGOV nº 0781/2018; 45. Ofício SEGOV nº 0897/2018 dando resposta ao Requerimento nº 259/2018 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando conforme resposta enviada pelo Ofício SEGOV nº 0780/2018 ao Requerimento nº 219/2018, sobre médicos que atendem no Hospital, cópia constando dia de atendimento de cada especialista, carga horária e seus respectivos nomes e CRM; 46. Ofício SEGOV nº 0898/2018 dando resposta ao Requerimento nº 262/2018 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações do número de cadastros que foram feitos no Pronto Socorro Animal, desde o início de seu funcionamento até a presente data, e qual o custo total gasto com a instalação do referido Pronto Socorro; 47. Ofício SEGOV nº 0903/2018 dando resposta ao Requerimento nº 242/2017 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações se a Pedreira localizada no Bairro Capotuna tem alvará de funcionamento da Prefeitura e autorização de funcionamento dos órgãos ambientais competentes (CETESB, DNPM) (com cópia para a Pedreira Basalto); 48. Ofício SEGOV nº 0905/2018 dando resposta ao Requerimento nº 126/2018 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações sobre a realização de melhorias no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal; 49. Ofício SEGOV nº 0906/2018 dando resposta ao Requerimento nº 142/2018 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações sobre a real necessidade de regulamentação da Lei Municipal que instituiu o Vale Alimentação; 50. Ofício SEGOV nº 0907/2018 dando resposta ao Requerimento nº 194/2018 do Sr. David Hilário Neto solicitando informar sobre os serviços/reparos que devem ser executados na Curva do Cotovelo, localizada entre o final da rua Novaes e da Rua Vicentini, bairro Terras da Capela de Santo Antonio, entre outras questões; 51. Ofício SEGOV nº 0909/2018 dando resposta ao Requerimento nº 252/2018 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando cópia de todos os projetos e atividades realizados pelo Poder Executivo de melhoria nos bairros Floresta, Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim, desde janeiro de 2017; 52. Ofício SEGOV nº 0910/2018 dando resposta ao Requerimento nº 255/2018 do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando informar qual o custo total em 2018 da despesa com mensagem paga veiculada em emissoras de Rádio sobre o Município de Jaguariúna; 53. Ofício SEGOV nº 0911/2018 acusando o recebimento do Requerimento nº 273/2018, do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações sobre a operação tapa buracos por toda a Cidade, devido ao período das chuvas que vêm causando buracos nas vias públicas; 54. Ofício SEGOV nº 0912/2018 acusando o recebimento do Requerimento nº 274/2018,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações sobre a possibilidade de contratação dos menores aprendizes oriundos do AJJA; 55. Ofício SEGOV nº 0913/2018 acusando o recebimento do Requerimento nº 276/2018, do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações sobre a data de criação da Comissão Permanente de Negociações para tratar de assuntos relativos aos Servidores Públicos Municipais e suas demandas; 56. Ofício SEGOV nº 0914/2018 acusando o recebimento do Requerimento nº 277/2018, da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando informações de quando vai ser realizada a compra de um novo carro especial; 57. Ofício SEGOV nº 0915/2018 acusando o recebimento do Requerimento nº 278/2018, da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando informações de quando vão ser realizadas as trocas de placas de trânsito; 58. Ofício SEGOV nº 0916/2018 acusando o recebimento do Requerimento nº 279/2018, da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando informações de quando irão ser implementadas as câmeras de segurança em nosso Município; 59. Ofício SEGOV nº 0917/2018 acusando o recebimento das Indicações nº 305/2018 da Sra. Cássia Murer Montagner; 304/2018 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo; 60. Ofício SEGOV nº 0918/2018 acusando o recebimento da Moção nº 108/2018, do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de congratulações e louvor aos Professores e Servidores Públicos pela comemoração de suas datas festivas, neste mês de outubro; 61. Ofício SEGOV nº 0919/2018 dando resposta ao Requerimento nº 234/2018 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando sobre as cópias do contrato/licitação das empresas prestadoras de serviços referentes à limpeza de fossas sépticas no Município, entre outras questões; 62. Ofício SEGOV nº 0922/2018 dando resposta ao Requerimento nº 248/2018 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informar como está sendo feita a coleta de lixo, reciclagens e outras nos bairros Floresta, Bom Jardim, Santo Antonio do Jardim e todos os outros bairros do Município; 63. Ofício SEGOV nº 0923/2018 dando resposta ao Requerimento nº 194/2018 do Sr. David Hilário Neto solicitando informar sobre os serviços/reparos que devem ser executados na Curva do Cotovelo, localizada entre o final da rua Novaes e da Rua Vicentini, bairro Terras da Capela de Santo Antonio, entre outras questões; 64. Ofício SEGOV nº 0925/2018 dando resposta ao Requerimento nº 254/2018 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações da possibilidade de realizar a extensão da feira que acontece aos sábados no Município de Jaguariúna para a rua Alfredo Bueno, defronte à Câmara Municipal; 65. Ofício SEGOV nº 0929/2018 dando resposta ao Requerimento nº 086/2018 do Sr. Walter Luís



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Tozzi de Camargo solicitando informações sobre a adesão do Município junto ao Programa Cartão Reforma do Governo Federal; 66. Ofício SEGOV nº 0931/2018 dando resposta ao Requerimento nº 117/2018 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informações se existe a possibilidade de colocar um corrimão na escada em frente à Casa da Memória; 67. Ofício SEGOV nº 0938/2018 dando resposta ao Requerimento nº 128/2018 do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando informar qual a previsão para a Prefeitura Municipal construir a calçada (nos moldes do parque linear) para trânsito de pedestres na Praça Emílio Marconato, na extensão da Av. Vincenzo Granguelli, do bairro João Aldo Nassif à Rotatória do Distrito Industrial, próximo à Rod. SP-340; 68. Ofício SEGOV nº 0939/2018 dando resposta ao Requerimento nº 161/2018 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações sobre a apresentação de uma data de quando se concretizará o projeto de lei complementar LC 289/2017, para criação de lotes populares destinados às famílias de baixa renda; 69. Ofício SEGOV nº 0940/2018 dando resposta ao Requerimento nº 271/2018 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações sobre a condição de uso do aparelho “estação total”, usado para levantamentos topográficos e outros; 70. Ofício SEGOV nº 0941/2018 dando resposta ao Requerimento nº 279/2018 da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando informações de quando vai ser implementada as câmeras de segurança em nosso Município; 71. Ofício SEGOV nº 0942/2018 dando resposta ao Requerimento nº 277/2018 da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando informações de quando vai ser realizada a compra de um novo carro especial; 72. Ofício SEGOV nº 0947/2018 dando resposta ao Requerimento nº 265/2018 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando à CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, informações se toda a frota de veículos em atividade no Município está em condições adequadas para ser utilizada pela Administração (com cópia para o Executivo Municipal e para o Departamento Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho-DEEESMT); 73. Ofício SEGOV nº 0949/2018 dando resposta ao Requerimento nº 241/2018 da Sra. Tais Camellini Esteves solicitando informações sobre o valor aproximado para feitura de uma lombada no Município. A seguir, dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposições: Projetos: 1. De Lei dos Srs. Alfredo Chivegato Neto e Luiz Carlos de Campos que dispõe sobre denominação de via pública; 2. De Lei dos Srs. Cássia Murer Montagner e Walter Luís Tozzi de Camargo que altera a ementa e os artigos 1º, 2º e 4º; e acresce o artigo 5º à Lei nº 2.439, de 30 de outubro de 2017, que dispõe sobre o parcelamento de preços públicos de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

sepultamento e exumação no Município de Jaguariúna, e dá outras providências; 3. De Decreto Legislativo do Sr. Alfredo Chivegato Neto que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense” ao Sr. Valdirlei Martinghi; 4. De Decreto Legislativo do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense” ao Sr. Alexandre Fernandes; 5. De Decreto Legislativo do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense” ao Sr. Raymar de Oliveira Britto; 6. De Decreto Legislativo dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo e David Hilário Neto que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense” ao Sr. Luiz Henrique Candido; 7. De Decreto Legislativo dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo e David Hilário Neto que dispõe sobre concessão de título de “Cidadã Jaguariunense” à Sra. Marlei Aparecida Pavanello Deccó; 8. De Decreto Legislativo dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo e Cristiano José Cecon que dispõe sobre concessão da Medalha e o Diploma do Mérito Desportivo e Cultural à Sra. Marina Mayra Malachias da Silva; 9. De Decreto Legislativo da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana que dispõe sobre concessão de título de “Cidadã Jaguariunense” à Sra. Maria das Graças Hansen Albaran dos Santos; 10. De Decreto Legislativo do Sr. David Hilário Neto que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense” ao Sr. Cleyton Silva Pereira, depois de lidos, foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões Permanentes, para parecer. Esgotado o tempo de trinta minutos do Expediente, visto a sua redução devido à discussão das Contas do Município de Jaguariúna dos exercícios de 2014, 2012 e 2015, as proposições abaixo, bem como as correspondências de diversos foram encaminhadas para a pauta da Vigésima Sexta Sessão Ordinária, a ser realizada em treze de novembro de dois mil e dezoito, sendo elas: Requerimentos: 1. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto - solicitando ao Executivo Municipal informações sobre qual critério adotado quanto à escolha da cor utilizada para a pintura da Praça Umbelina Bueno e se houve estudo de impacto sobre a paisagem urbana e patrimônio natural e cultural; 2. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto - solicitando ao Executivo Municipal informações do porque não foi atendida a Indicação nº 001/2017 e o Requerimento nº 089/2017, ambos de autoria do Sr. Luiz Carlos de Campos, que se referem à construção de calçadas nos moldes do Parque Linear na Praça Emílio Marconato, Chácaras Primavera; 3. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - Silva - solicitando ao Executivo Municipal informar sobre a forma de funcionamento do Posto de Atendimento Veterinário do Bairro Roseira de Baixo; 4. Do Sr. Afonso Lopes da Silva- Silva



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- solicitando ao Executivo Municipal informar como será o procedimento de transferência da UBS Central para a UBS do Bairro Nova Jaguariúna; 5. Do Sr. Romilson Nascimento Silva – solicitando a mudança do dia da 27ª Sessão Ordinária, de 20 para 27 de novembro do corrente em virtude do feriado prolongado de 15 a 20 de novembro; 6. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres - solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o não atendimento do pedido da Indicação nº 260/2018, por completo, faltando a feitura da Faixa de Pedestre; 7. Da Sra. Tais Camellini Esteves –Tais da Água, solicitando ao Executivo Municipal informar qual a previsão para que seja feito o recapeamento das vias, com o empréstimo feito no dia 19/12/2017; 8. Da Sra. Tais Camellini Esteves –Tais da Água, solicitando ao Executivo Municipal informar qual a previsão para aquisição de mais veículos especiais para o Município; 9. Da Sra. Tais Camellini Esteves –Tais da Água, solicitando ao Executivo Municipal informar o motivo das consultas de dermatologista estarem acontecendo em outras cidades; 10. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água, solicitando ao Executivo Municipal informar qual a possibilidade de aquisição de um aparelho de Ressonância Magnética no Hospital Municipal; 11. Da Sra. Tais Camellini Esteves –Tais da Água, solicitando ao Executivo Municipal informar qual a possibilidade de melhorar e agilizar o atendimento do pronto socorro do Hospital Municipal; 12. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água, solicitando ao Executivo Municipal informar qual a previsão de construção de casas populares no Município; 13. Da Sra. Tais Camellini Esteves –Tais da Água, solicitando ao Executivo Municipal informar qual a previsão de início da revitalização da Igreja Matriz Centenária de Santa Maria; 14. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informar qual a previsão da implantação de Prontuário Eletrônico no Hospital Municipal; 15. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informar qual o valor gasto total pelo Hospital por semestre; qual o repasse anual para o Hospital pelo Município e quais os valores arrecadados, por semestre, de outros benefícios/instituições. Indicações: 1. Do Sr. Luiz Carlos de Campos - solicitando ao Executivo Municipal colocação de ponto de ônibus com cobertura na Avenida Rinaldi - Vila Jorge Zambom, sentido bairro-centro, para atender aos usuários da linha Jaguariúna-Campinas; 2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres - Neguita Torres- solicitando ao Executivo Municipal construção de lombada, na Rua Manoel Ribeiro Caiado, próximo ao nº 79, no Loteamento São Pedro; 3. Do Sr. Ângelo Roberto Torres - Neguita Torres - solicitando ao Executivo Municipal construção de duas lombadas, na Rua Paulo Tenan, sendo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

a primeira próxima ao nº 47 e a segunda próximo ao nº 79, no Loteamento São Pedro; 4. Do Sr. Ângelo Roberto Torres - Neguita Torres - solicitando ao Executivo Municipal troca de placas indicativas das ruas do Loteamento São Pedro, que estão apagadas; 5. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - Silva - solicitando ao Executivo Municipal reforma da calçada da Rua Amazonas no trecho entre a UPA e a Av. Alexandre Marion, paralela àquela Unidade de Saúde e a linha férrea; 6. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres - solicitando ao Executivo Municipal sinalização de solo nas ruas do Loteamento São Pedro: faixa de pedestre e sinalização “Pare”; 7. Da Sra. Cássia Murer Montagner - solicitando ao Executivo Municipal repintura das marcações de orientação no retorno da Avenida Antonio Pinto Catão, próximo à UPA, no bairro Planalto; 8. Da Sra. Cássia Murer Montagner - solicitando ao Executivo Municipal troca de lâmpadas de iluminação na Avenida Vincenzo Granghelli, no bairro Dr. João Aldo Nassif; 9. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos na rua José Frazato, bairro Santo Antonio; 10. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal manutenção na ponte do rio Camanducaia; 11. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal poda do mato no bairro Dona Irma; 12. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal Operação tapa buracos, na Avenida Luciano Vlademir Poltroneiri, próximo ao Supermercado Bon-Netto; 13. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos na JGR 010 – estrada do Condomínio Ana Helena; 14. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal colocação de academia ao ar livre no Parque dos Lagos; 15. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal manutenção em todo o madeiramento do Parque Luiz Barbosa, bem como no bebedouro da entrada do mesmo. Moções: 1. Do Sr. Ângelo Roberto Torres - Neguita Torres - de congratulações e louvor aos alunos Izadora Nogueira da E.M. “Profª Sada Salomão Hossri e Gabriel de Souza Conceição da E.M. “Cel. Amâncio Bueno”, pela conquista do Segundo e Terceiro lugares, respectivamente, no 20º Concurso de Redação “EPTV na Escola 2018”. 2. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto - de Pesar pelo passamento do Sr. Luís Vanderlei Roberto, ocorrido em 18 de outubro p.p., nesta cidade, aos 52 anos”. 3. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto - de Pesar pelo passamento do Sr. José Geraldo Toniatti, ocorrido em 15 de outubro p.p., nesta cidade, aos 90 anos”; 4. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - Silva - Congratulações e Louvor à realização da Feira



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

do Produtor Rural de Jaguariúna, inaugurada dia 12 de outubro pp. e que acontece em todas as sextas-feiras, no Parque dos Lagos; 5. Do Sr. David Hilário Neto de pesar pelo passamento do Sr. Nelson João Colombini, ocorrido no dia 27 de outubro corrente, aos 69 anos de idade, nesta cidade. 6. Do Sr. Cristiano José Cecon de congratulações e louvor à Equipe Jaguar Team pelo sucesso na Copa do Interior de Triathlon, na cidade de Itatiba, no último dia 04 de novembro corrente; 7. Do Sr. Cristiano José Cecon de pesar pelo passamento do Sr. Armando Fontanella ocorrido no dia 01 de novembro corrente, aos 91 anos de idade, nesta cidade. Correspondências de Diversos: 1. Of. SETUC 545/2018 da Sra. Secretária Municipal de Turismo e Cultura, agradecendo a Moção nº 109/2018, da Sra. Cássia Murer Montagner de congratulações e louvor à Secretária de Turismo e Cultura – Maria das Graças H. Albaran dos Santos, por proporcionar o passeio no dia 09 de outubro de Maria Fumaça aos alunos do Projeto “Meio Ambiente”, da Escola Adone Bonetti; 2. Of. SETUC 546/2018 da Sra. Secretária Municipal de Turismo e Cultura, agradecendo a Moção nº 107/2018, do Sr. David Hilário Neto de congratulações e louvor à Escola das Artes de Jaguariúna pela apresentação da peça “A família Addams”, ocorrida no Teatro Municipal Dona Zenaide, de 27 de setembro a 6 de outubro, com arrecadação de leite em benefício ao Fundo Social de Solidariedade; 3. Processo nº 015/2018, do Departamento de Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao balancete mensal relativo às Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Jaguariúna de agosto de 2018; 4. Processo nº 016/2018, do Departamento de Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao balancete mensal relativo às Receitas e Despesas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna de agosto de 2018. A votação das proposições também foi transferida para a Vigésima Sexta Sessão Ordinária a ser realizada em treze de novembro de dois mil e dezoito, na ordem da apresentação das proposições citadas acima, requerimentos e moções. O uso da palavra pelos senhores Vereadores, seguindo ordem de inscrição em livro, sem apartes conforme § 3º do Art. 154 do R.I., versando sobre Temas Livres, também foi transferida para a Vigésima Sexta Sessão Ordinária a ser realizada em treze de novembro de dois mil e dezoito, seguindo a ordem desta Vigésima Quinta Sessão Ordinária: Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Taís Camellini Esteves, Walter Luís Tozzi de Camargo, Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres e Romilson Nascimento Silva.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes senhores Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foram apreciados: 1. Processo CM nº 048/2017, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a prestação de contas do Município de Jaguariúna referentes ao exercício financeiro de 2014 – TC – 0455/026/2014 (Responsável: Prefeito Tarcísio Cleto Chiavegato). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer do Relator Especial designado, Vereador Luiz Carlos de Campos, apresentando Decreto Legislativo que aprova a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativas ao exercício financeiro de 2014. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra para o Sr. Tarcísio Cleto Chiavegato ou seu representante legal para apresentar sua defesa oral, num prazo máximo de 20 (vinte) minutos. Com a palavra o senhor Tarcísio Cleto Chiavegato que disse que queria dar uma boa noite a todos, cumprimentou o Presidente e em nome dele cumprimentou todos os Vereadores presentes e a todos que faziam parte naquela noite; disse que gostaria de falar um pouquinho sobre as contas de dois mil e catorze que foram apresentadas naquele momento, os dados que a relatora, o relator apontaram aplicando trinta e cinco, trinta e um por cento, trinta e um vírgula quarenta e cinco por cento no ensino, no FUNDEB setenta e oito vírgula vinte e três, total de Despesa com o FUNDEB, cem por cento; investimento total na Saúde, trinta e seis e noventa e seis, transferência a Câmara de um e oitenta e três, gasto com Pessoal de quarenta vírgula setenta; remuneração dos agentes políticos regular; e tinha dois itens que foram irregulares apontados pelo Tribunal que ele gostaria de questionar e pedir aos nobres Vereadores que analisassem com bastante carinho e pediu a aprovação em virtude daquilo que ele iria explicar para eles; disse que os precatórios eram oriundos da recuperação do antigo lixão da cidade de Jaguariúna; o mandato dele era de dois mil e um a dois mil e quatro, quando ele entrou na Prefeitura; logicamente, o Tribunal, a CETESB, aquele lixão já estava complicando a Cidade, era um lixão de cinquenta anos e quando ele ganhou as eleições,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

naquele mandato, ele procurou resolver aquele problema; então, começaram a tentar resolver aquele problema do lixão; naquele ínterim, o dono da Fazenda Serrinha, que era o doutor Moraes Pinto Junior, que era o sócio dele, na ROTITA Produtos Químicos, e ele entrou na Justiça contra a Prefeitura Municipal de Jaguariúna; ele ficou triste porque era o sócio dele, um homem muito rico, ele pediu ao doutor para não fazer aquilo com a Cidade, não era possível fazer aquilo e tiveram quatro processos que aquele homem tinha feito contra o Município; o problema era que a terra dele tinha sido desvalorizada, problema de lençol freático, problema de quatro, quatro...e foram condenados a pagar cinquenta milhões; cinquenta milhões, ele não se lembrava se era em dois mil e dois, foi dentro da gestão dele, daí o Secretário Jurídico deles era doutor José Emílio, um amigo que Deus já tinha levado, perguntou para ele o que fazer? Ele disse que não era técnico naquela área ambiental e que precisava arrumar um advogado em São Paulo, daí conseguiram arrumar um amigo, doutor Laura Tucci, que era amigo deles e foi feita a defesa para eles, tinha quatro processos, ele só trouxe um processo, só para um tinha ficado oito milhões e teve que pagar para ele quinhentos mil reais, na época; então de cinquenta, tinha vindo para oito, só que aqueles oito tinha caído dentro do mandato do Gustavo em dois mil e doze, então, foi lançado nas contas do precatório do Gustavo que ele, também, não tinha nada a ver com o problema; então, aquele precatório não era do mandato dele, era do mandato... infelizmente, em virtude, que o Bozó disse que a situação econômica e financeira do País tinha sido o caos, começou a cair o índice de ICM, dois mil e nove, dois mil e dez, dois mil e onze, dois mil e doze, tinha caído vertiginosamente, e o Prefeito na época não conseguiu pagar porque não tinha chance, porque ele também sofreu aquele problema que teve o País com relação ao deles; ele queria mostrar para todos como era o lixão e como tinha ficado para verem que era uma coisa que ele não tinha culpa e não era... mas, ele se defendeu dentro do mandato dele; no slide ele se referia ao lixão do Município, começou lá no começo onde era a Pedreira, no segundo slide era um monte de lixo de cinquenta anos, a máquina fazendo e tal, no fim a CETESB fiscalizando, tinha uma manta no meio e no próximo quadro tinha duas, o lixão prontinho com monitoramento, lá estava, não era justo ele pagar por aquilo; outra coisa que o Tribunal tinha colocado em cima do mandato dele foram os encargos sociais, em janeiro de dois mil e treze, ele convidou a Câmara daquela época, o Presidente estava lá, o Magrão era, o Cecon também fazia parte, mas depois assumiu, depois, o Fred, David, então, ele levou uma preocupação aos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Vereadores que precisavam fazer alguma coisa porque senão Jaguariúna não teria chance deles recuperarem aquele dinheiro e, dentro do mandato dele de dois mil e treze até dois mil e quinze, a Receita também tinha caído; naquele momento ele pediu ao Jorge para que colocasse o gráfico que ele tinha feito para demonstrar o índice de dois mil e um; dois mil e um o índice era de zero trinta e quatro, aquilo no mandato dele, dois mil e um e dois mil e oito, só tinha mandato dele e do Gustavo, trinta e quatro baixou e subiu para trinta e oito, subiu para quarenta e sete, subiu para quarenta e nove, no mandato dele, depois ele ganhou as eleições e conseguiram subir para quarenta e oito, cinquenta e dois e chegaram ao máximo, a zero meia sete que era a maior Receita que o Município de Jaguariúna já teve, e eram a décima nona cidade em arrecadação de ICM do Estado de São Paulo; disse que era para olhar o que havia acontecido, o ICM representava cinquenta por cento da Receita, cinquenta; era um imposto que tinha que tomar cuidado e ficar em cima para que não... e aquilo só resolvia trazendo empresa para Jaguariúna, se não trouxesse não adiantaria; então, o Gustavo tinha entrado em dois mil e nove e tinha caído...naquele momento o senhor Tarcísio disse que não estava enxergando e que o Bozó poderia falar; havendo manifestação, o senhor Tarcísio perguntou quanto tinha caído? Naquele momento o Bozó disse que tinha caído zero meia três, zero cinco três, zero quarenta e cinco e zero quarenta e três; com a fala o senhor Tarcísio disse que era zero quarenta e três que tinha caído, aquilo dentro do mandato do Gustavo, ele entrou e não teve chance de estancar aquela caída porque o País teve um problema sério; então, dentro do mandato dele tinha caído para quarenta e um, caiu trinta e sete, caiu para trinta e quatro e só conseguiram reverter a situação no último ano do mandato dele que veio para zero quarenta e dois, por quê? Porque fizeram uma lei chamada PRODEJ aprovado pelos ilustres Vereadores daquela época, o Presidente era..., e o que aquela lei falava, eles queria trazer empresa na área de telecomunicações, Call Center, Data Center, informática e conseguiram com aquela lei, trouxeram mais de trinta empresas na área de alta tecnologia e tiveram uma benção de Deus e chegou a SKY em março de dois mil e treze e procurou por ele querendo vir para Jaguariúna, ele reuniu a Câmara Municipal, todos eles, e eles queriam da Câmara e da Prefeitura que fosse aprovada uma lei na área de ISS, que incentivasse a área de ISS e perguntaram se ele tinha muito amizade com o Governador do Estado de São Paulo que era o Alckmin, ele disse que tinha e se ele tinha condições de arrumar com o Governador um aporte financeiro no “Projeto Investe São Paulo” para que a SKY viesse para Jaguariúna instalar o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

satélite em Jaguariúna e o valor que eles queriam era de quatrocentos milhões de dólares, quatrocentos milhões de dólares, ele disse bem, a Câmara Municipal aprovaria aquela lei de incentivo na área de ISS e foi aprovada, o ISS ia de dois a cinco e foi limitado para dois, por lei a SKY queria aquilo, ele foi procurar o Governador para arrumar aquele dinheiro e ele disse “não” para ele, depois de um mês disse “não” novamente, não, não, não e, depois de oito meses foi procurá-lo e procurou, também, o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo que se chamava André Calabi, ele disse ao doutor que precisava de ajuda, disse ao Governador que precisa daquela grana e que aquela empresa iria salvar Jaguariúna, ela tinha um ICM forte, o ICM da Sky não era dezoito por cento, era vinte e cinco por cento e, no fim, o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo disse a ele que daria uma dica, era para procurar o Deputado dele, Campos Machado, e ele tinha certeza que ele poderia ajudar, por quê? O Governador do Estado de São Paulo tinha lançado um projeto e estava seguro pelo Campos Machado e a equipe dele, não ia votar aquele projeto pelo Governador, o Governador queria passar o ICM da cerveja de dezoito para vinte e cinco por cento e que estava na mão do Deputado dele do PTB – Campos Machado, daí ele disse ao André que iria falar com o Campos naquele momento, ele saiu do Palácio e foi até o Campos Machado e disse ao Campos que precisava dele para apoiar o Governador para receber aqueles quatrocentos milhões de dólares para colocar o satélite; daí desceram e foram falar com o Governador na hora e o Governador aceitou, disse que foi um negócio de louco, aceitou dar o dinheiro para a SKY, quatrocentos milhões, o Campos Machado, conseguiram aprovar o ICM de dezoito e tal e a SKY estava lá, a SKY era geradora do ICM, era forte geradora de ICM, era para olhar o que já havia acontecido lá no final de mandato, foi em dois mil e dezessete do Gustavo, já tinha subido para oito milhões o valor adicional, era para notar como tinha caído, iam perder tudo que conseguiram na vida deles em Jaguariúna e que conseguiram subir e, no próximo ano, iriam chegar a zero setenta, mais ricos do que eram lá atrás; então, ele pediu para todos para aprovar aquilo, agradeceu; naquele momento a Primeira Secretária agradeceu ao senhor Tarcísio. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Decreto Legislativo nº 027/2018, do Sr. Luiz Carlos de Campos, que aprova a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2014 (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, “I” do R.I. para rejeição do Parecer do Tribunal de Contas). Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Cristiano José Cecon que cumprimentou a todos, dizendo que ele votava



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

sim nas contas por causa da lisura das contas de dois mil e quatorze e todas as coisas que o Sr. Tarcisio trouxe para Jaguariúna, só que ele queria contar o que aconteceu com ele, Cristiano, e que ele coordenava o projeto “Guerreiros da Paz” desde mil novecentos e noventa e oito, ele foi voluntário até dois mil e nove, onde o Governo Gustavo conseguiu dar uma ajuda de custo para o projeto com as crianças, e que ele foi candidato naquela gestão, onde ele pôde assumir a vaga no lugar do Neguita e o que aconteceu, porém, o Gustavo perdeu, assumiu o Sr. Tarcisio, e ele falou: “Pronto. O que eu vou fazer com todas essas crianças? Perdemos tudo. Vou começar tudo do zero. Ajuda de custo para os professores...” Disse que o Sr. Tarcisio abdicou de vaidades políticas, pegou o projeto deles, aumentou em mais de cinquenta por cento e que no hoje a maioria das crianças que foram daquela fase, daquele ano, eram adultos, pais de família, providos de educação, saúde e paz; disse que agradecia e que guardava no coração, e que ele, graças a Deus, em todas as gestões, teve acesso livre, apoiando um prefeito ou outro, teve acesso livre dentro dos gabinetes, dos corredores, porque, graças a Deus, ele tinha uma história, não vivia de política mentirosa, de querer espaço na marra, batendo pezinho, aparecer dois anos antes da eleição dando showzinho, aparecendo agora em “Facebook”, querendo fazer espetáculo e querer vaga; disse que não, ele tinha uma história desde adolescente em cima de tatame, mudando vidas; agradeceu ao Sr. Tarcisio; a seguir, tomou a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que disse de sua opinião, declarando seu voto favorável às contas de dois mil e quatorze, e que não poderia ser diferente disse ao Chefe, e que carinhosamente o Sr. Tarcisio chamava as pessoas de “Chefe”, e que ele o chamava também, e que o respeitava, os cinco mandatos que ele teve em Jaguariúna, e que não era para qualquer um ter cinco mandatos, e que a cidade de Jaguariúna cresceu, grande parte devia-se ao trabalho dele feito ao longo daqueles cinco mandatos, obras imponentes, disse ao Chefe, em Jaguariúna e que ele sempre falava nos seus discursos das obras que ele tinha feito, do legado que ele tinha deixado no Município; disse que não poderia ser diferente e que teve a felicidade de ter um mandato quando ele foi Prefeito e que aprendeu bastante com ele, e por isso tinha todo o seu respeito, e que o Fred o procurou, o Bozó, o Sr. Tarcisio mesmo o parou no posto, e que ele, Romilson, não quis ver uma vírgula, e que confiava no trabalho dele, no trabalho que ele fez, e que ele tinha um respeito, um carinho, uma gratidão; disse que eles eram eternos aprendizes e que ele teve a oportunidade de aprender muito com o Sr. Tarcisio; disse para contar com o voto dele, e desejou sucesso na vida dele, no livro que ele iria lançar e que tinha



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

certeza que iria ter muita coisa boa ao longo dos trinta anos de vida pública dele, dedicados trinta anos a Jaguariúna, e que hoje eram o que eram, e grande parte devia-se ao trabalho que ele fez em Jaguariúna; parabenizou ao Chefe e disse que era para contar com o voto dele, sempre; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos, dizendo que achava que o relatório tinha ficado bem fundamentado, a explicação que o Sr. Tarcisio tinha dado ali, achou que foi excelente, bom para que as pessoas tivessem o conhecimento da história de Jaguariúna, a evolução que Jaguariúna teve; disse que em relação a dois mil e quatorze, como foi demonstrado ali, todos os percentuais estiveram dentro do que a legislação pregava, como foi lido e que os dois problemas que foram citados, foram encargos sociais e os precatórios e que nesses dois itens que o Tribunal deu parecer contrário à aprovação daquelas contas de dois mil e quatorze; comentou que diante das dificuldades financeiras, como ele tinha demonstrado ali, e tinham demonstrado, também, no relatório, uma crise econômica, como todos sabiam, que desde dois mil e quatorze o Brasil vinha enfrentando, e isso atingia todos os Municípios, Jaguariúna tinha um diferencial que tinha um ICM bom, mesmo, apesar de ter caído bastante, tinha um ICMS bom, tinha uma Saúde boa, que o pessoal elogiava e que era graças a essa Receita que era a maior receita do Município quanto bem dito foi, e teve essa queda muito acentuada em dois mil e quatorze, dois mil e quinze, também, foi complicado, pior que dois mil e quatorze financeiramente, e aí ele encaminhou projeto de lei para a Câmara e a Câmara entendeu necessário autorizar o parcelamento do JaguarPrev, dos encargos sociais, e era bom que se esclarecesse, também, que era a parte patronal, a parte que descontava do servidor era obrigatório, foi repassado tudo certinho, como foi e tinha a declaração da servidora da Prefeitura que era responsável pela área de finanças e o precatório que era de dois mil e doze, e como o Tribunal falou, deveria ter sido pago até trinta e um do doze de dois mil e doze e não foi pago, aí ele recebeu aquela dívida, dois mil e quatorze foi complicado, dois mil e quinze, dois mil e dezesseis como ele demonstrou teve uma melhora no índice de ICMS, a Receita melhorou, conseguiu pagar ainda dentro do mandato dele, e deu-lhe os parabéns, por isso ele achava injusto rejeitar as contas de dois mil e quatorze, por isso ele fez o projeto de Decreto Legislativo para a aprovação das contas e contava com o apoio dos nobres Vereadores porque como eles sabiam precisava de pelo menos nove votos para a aprovação dessas contas; disse que contava com a colaboração dos demais Vereadores, e que do PTB tinha cinco votos, mas sabiam que os nobres Vereadores iriam aprovar as contas que seria a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

coisa mais justa que estaria acontecendo; agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos, dizendo que começaria falando um pouquinho da trajetória do Tarcisio, em mil novecentos e noventa e dois, e que disse que ele fazia diretamente parte da vida dele, porque em noventa e dois ele tinha vindo para Jaguariúna devido à Antartica ter vindo para cá, e que ele era nascido em São Paulo e tinha vindo para cá quando o Sr. Tarcisio tinha trazido a Antartica para Jaguariúna, um grande avanço para a cidade, na época, um desenvolvimento muito grande; disse que no hoje ele estava em Jaguariúna, graças à Empresa AMBEV que estava na cidade, devido ao seu pai que trabalhava havia muitos anos nessa empresa, e ele pôde acompanhar Tarcisio como aluno, como criança, como jovem, até um dia que ele foi Vereador e teve o prazer de legislar ao lado dele, que estava no Executivo, acompanhar de perto cada passo, porque eles ouviam falar, mas não conheciam a fundo, pois a sua família não era política na cidade, e que não tinha esse conhecimento mais profundo; disse que passar quatro anos ao lado do Tarcisio, como Prefeito, o Adilson estava na Casa, o Xanddy também estava nela, agradeceu a presença deles, e que eles puderam acompanhar na legislatura passada, foram quatro anos de muito trabalho, sabiam das dificuldades que foi o mandato passado, devido à questão da falta de recursos, mas a perseverança, a boa vontade em sempre pensar no crescimento de Jaguariúna era inegável; disse que sobre as contas era difícil falar qualquer coisa contrária, e que o Bozó era uma pessoa que tinha uma lisura muito grande, independente deles serem do PTB, disse ao Bozó, eles estavam votando por ter a certeza que aquelas contas deveriam ser aprovadas, e que o Tribunal de Contas, no hoje, era uma vergonha, o do Estado de São Paulo, e que ele sempre gostava de registrar isso, e que, infelizmente, lá eram atos políticos, que envolvia muito dinheiro, e a Casa já acompanhou diversas vezes, atitudes como aquela; disse aos Vereadores que não estiveram presentes no mandato passado, podiam ter certeza, ele dava sua palavra, que foi um mandato limpo, um mandato de transparência, um mandato onde ele sempre zelou pelo dinheiro público, e eles ali, como fiscalizador da população, podiam acompanhar de perto todo esse trabalho, independente de estar no PTB ou não, seu voto seria favorável; disse que poderiam ter certeza que a Casa votaria e aprovaria as contas do Sr. Tarcisio por unanimidade; muito o agradeceu em nome de toda a população de Jaguariúna e dispensou um forte abraço; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, em especial ao seu pai, o agradecendo pela presença na Casa, aquele dia; cumprimentou ao Adilson, ex



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Presidente da Casa, Valdir Parisi, também ex Presidente da Casa, e agora Secretário Municipal, a Nenê, Secretária de Governo, o Xanddy, também, que foi Vereador na Casa, Alberto Rizzoni, Presidente do PDT, o agradeceu pela presença, e a todos os presentes; a seguir disse que ele não poderia deixar de falar ali, não só como Vereador, mas também como filho, num momento que eles estavam vindo ali e apresentando algo da maior lisura possível, para que as Contas de dois mil e quatorze não fossem tomadas com irregularidades; disse que o Bozó muito bem apresentou seu parecer, e era o parecer baseado, justamente, nas contas apresentadas e nos pareceres apresentados pelos técnicos do Tribunal de Contas, e como muito bem dizia o David, hoje em dia, o Tribunal de Contas estava difícil entender e ter uma linha de raciocínio com relação a entendimentos diversos, no hoje já era o entendimento de que as prestações, os parcelamentos de débitos sociais foi culminado na conta deles, e no hoje já eram tidos como regulares, e que em determinados municípios eles faziam uma coisa, em outros municípios eles faziam outras; disse que o que ele estava vindo ali, naquele dia, era, realmente, pedir aos nobres Pares que aprovassem aquele projeto de Decreto Legislativo, e que ele sabia de todo o carinho que seu pai teve e tinha até aquele dia pelo Município, e sabia do trabalho e isso era muito público e notório da sua parte, inclusive com os nobres Pares, diziam as dificuldades que eles tinham no mandato anterior, como as dificuldades que eles também tiveram nos dois primeiros anos de mandato, e todo mundo sabia disso, em virtude de tudo aquilo que eles conseguiam proporcionar à população e que depois através de uma crise que se instalou em dois mil e oito e se aprofundou ainda mais em dois mil e quatorze, que a turma falava que era apenas uma marolinha, a onda veio, e veio que arreventou o País, e eles estavam pagando a conta, todo mundo estava pagando a conta, não era só o Município de Jaguariúna, e eles tinham um serviço à população que requeria recursos enormes, e eles vinham percebendo as dificuldades de se manter o nível de prestação desse serviço à população; disse que eles tinham a prerrogativa no ano de dois mil e treze, realmente, de resgatar o Município na saúde financeira, e o projeto deles, que foi o PRODEJ, trouxe investimentos para Jaguariúna, e infelizmente eles não tiveram o privilégio de poder desfrutar disso, mas no próximo ano, no próximo mandato, tinha certeza que o próximo prefeito ou o atual Prefeito iria poder realizar muito por Jaguariúna, e que falava isso em todos os meses, quase em todas as sessões, apresentava ali os dados da Secretaria da Fazenda, onde dizia que o repasse do ICMS estava aumentando e ele teve até a oportunidade de tirar as cópias e que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

não ficou com ele, o Orçamento do Município de dois mil e dezesseis para dois mil e dezessete tinha aumentado algo em torno de trinta e quatro milhões; disse que naquele ano também, eram mais trinta e quatro milhões, e que era um valor que, realmente, dava para pagar aquilo que eles deixaram de dívida, e isso ele sempre disse ali, que eles deixaram dívida, sim, para a atual administração, e que eles não podiam encobertar isso daí, mas eles também receberam um ônus muito grande da Administração anterior; pagaram aquilo que era possível, assim como era esse precatório, como tinha sido bem explicado ali, de um problema, de uma ação que era, realmente, milionária, de um senhor que não precisava disso e que achava que o Município de Jaguariúna deveria pagar, e isso fazia com que o dinheiro da Saúde e da Educação e Segurança, fosse para o bolso de pessoas que, realmente, não precisavam e acabava afetando o serviço público; comentou que ele entrou com uma ação dizendo que a fazenda dele desvalorizou em virtude do lixão que existia lá havia cinquenta anos; quando ele comprou a fazenda, o lixão já estava lá; disse que, infelizmente, a Justiça também tinha seus defeitos, pediu desculpas ao Waltinho que era o advogado da Casa ali também, e que o que ele dizia com relação à lisura da contas, dos números e de tudo aquilo que eles tinham feito ao longo desses quatro anos, culminou de no hoje eles tivessem uma Jaguariúna melhor, e era isso que eles queriam, eles estavam trabalhando ali para o futuro deles; disse que ia ali pedir a eles que, realmente, refletissem, pediu o voto favorável de todos, o parecer veio contrário e que ele tinha ali o exemplo do Vereador ali, o Adilson, que era uma pessoa de uma índole incrível, pessoa de uma lisura incrível, que teve, infelizmente, as suas contas rejeitadas, confirmou com o Adilson, por um problema que não cabia a ele resolver, e ficava essa mácula, e ele não podia nem se defender, porque não tinha ali os Vereadores que tinha a decisão política, lá no Tribunal canetava e acabou e confirmou com o Adilson; disse que, infelizmente, ele sabia de tudo o que o Adilson tinha feito na Casa, manteve a lisura dela, manteve os trabalhos perfeitos, mas enfim, o Tribunal estava ali, e eles, às vezes, tinham, confirmou com o Adilson, que gastar muito para reverter isso, ou se não aceitar tudo aquilo que eles entendiam, que eles achavam que era certo ou não; disse que nas contas públicas dos Prefeitos, eles tinham aquela prerrogativa, o Tribunal de Contas só apontava, ele fazia um parecer, mas quem, realmente, aprovava as contas eram os Vereadores, e estava muito bem explicado e ele pederia, realmente, não só como Vereador da Casa, mas também como filho, não poderia ser diferente, de pedir o apoio e o voto favorável às contas de dois mil e quatorze e que sabia que não tinha nenhuma



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mácula e nenhum prejuízo ao erário público; agradeceu, desejando boa noite a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que cumprimentou a todos, em especial ao Sr. Tarcísio, aos nobres Colegas, e que, na verdade, ele resolveu falar até porque o papel que eles sempre desempenharam na cidade, dentro da política, confirmou com o Sr. Tarcísio, ele sempre esteve do outro lado, e claro que disputando o poder dentro da lisura, dentro do respeito, e, principalmente, dentro da questão democrática; disse que eles não podiam, também, jogar tudo, só porque eles deram posição, ou já foram oposição, jogarem tudo na lata do lixo e que achava que muitas coisas dessa cidade tinham sido feitas com o ex Prefeito na questão da Saúde, na questão da Educação e isso, eles vieram depois, só aumentava a responsabilidade deles, de estar mantendo tudo o que foi construído, de estar mantendo tudo o que foi feito em favor da população e, muitas vezes, dentro da discussão, eles faziam até com estoque, eles jogavam tudo fora; disse que dentro daquilo que eles estavam construindo na Câmara, eles não estavam sendo hipócritas ali, mas achava que eles estavam dialogando bastante, e era isso que a população esperava deles, dialogar bastante para que se conseguisse construir um futuro melhor para a população, e que achava que fazer política com o estômago, ah que não gostava do outro, ia fazer assim, e que eles estavam ali porque alguém os elegeu para que se fizesse um grande mandato, e, principalmente de resposta aos problemas sociais, e para isso eles tinham que manter ali, eles enquanto Vereadores, de novo não querendo ser hipócritas, unidos, e até em nome do que eles estavam construindo na Câmara, ele iria votar a favor das contas de dois mil e quatorze, não porque ele foi oposição ao do passado, mas dentro do que eles estavam construindo ali na cidade, em termos de unidade da Casa, em termos de unidade dos Vereadores; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que cumprimentou a todos, ao ex Prefeito, Tarcísio Chiavegato, dizendo que quando eles tratavam de avaliação de contas públicas, tinham que entender primeiro o princípio do que eles estavam discutindo; falou que existia um órgão chamado Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que fazia essa análise em todos os municípios do Estado de São Paulo, nas Câmaras Municipais, e o demonstrativo que foi apresentado no parecer do relator, ficava muito claro o declínio das contas públicas, arrecadação diminuindo progressivamente devido uma crise bastante acentuada que o país passou e ainda enfrentava; disse que era óbvio que o gestor tinha que saber administrar todo esse processo, e falava que ser gestor não era fácil, e que já tinha citado na Casa, em outras oportunidades, que ser gestor era como a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

espada da história de Dâmocles, que estava sentado numa cadeira com uma espada sobre a cabeça presa por um fio de crina de cavalo; disse que essa era a situação que o gestor se encontrava diante da Administração, e muitas vezes eles tinham que se deparar com fatos adversos como a questão da economia nacional que influenciava os municípios, até porque os índices federativos mandavam tudo para o município, o ônus ficava sempre no município, na Saúde, na Educação, Segurança, enfim... e o repasse não era proporcional, e era lógico que as crises se instalavam ali, e aí as dificuldades de se cumprir com os compromissos, com as obrigações; disse que o mesmo Tribunal que apresentava o parecer desfavorável das contas de dois mil e quatorze, foi o mesmo tribunal que, através dos recursos aprovou as contas de dois mil e doze; o cenário financeiro era o mesmo, e que ele não estava dizendo que tinha que rejeitar as duas, estava dizendo que as duas tinham que ser aprovadas em virtude daquilo que eles estavam enfrentando e estavam ainda, o gráfico era muito claro do que foi demonstrado e os precatórios era um problema muito sério da administração pública em qualquer nível que ela estivesse; disse que pagar precatórios era uma dívida que, muitas vezes, se levava de um ano para o outro, de uma gestão para a outra, de um momento para o outro, porque era a dívida pública, a dívida do Município, não do gestor, mas do município; disse que, diante desse cenário todo, achava que eles tinham sim de ter uma análise criteriosa, responsável, acima de tudo coerente, para poder analisar tudo isso; comentou que não era fácil, como ele tinha falado, ser gestor, e que admirava quem tinha essa coragem, e que tinha esse ímpeto para poder gerenciar uma cidade, não era fácil; governar um estado, governar uma nação não era para qualquer um, o respeito, principalmente, devia partir, por todos aqueles que viam os trabalhos que eram feitos, com essa dificuldade que ele falou e, principalmente, com a lisura e transparência, e que ninguém estava dizendo que a dívida não foi paga, foi paga, e o Tribunal só colocava um apontamento, anuidade, ele não disse que houve calote, ele falava que a anuidade foi respeitada, tanto que ela era paga posteriormente, então, diante desse princípio, também, tinha seu voto favorável e seu apoio, exatamente, para analisarem as contas com muito critério; agradeceu a todos e desejou uma boa noite; a seguir, pediu a palavra a Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana que cumprimentou a todos, dizendo que ela não poderia sair dali sem falar, e que ela se sentia muito amiga do Tarcisio, e o cumprimentou, dizendo para que ele contasse com o voto dela, seria favorável às contas de dois mil e quatorze, e quem chegou na cidade em oitenta, oitenta e três em diante, disse que Jaguariúna evoluiu graças



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ao trabalho do Sr. Tarcisio, e disse ao mesmo que ele tinha sido um Prefeito, estava ali junto com eles, presente, e que ele estava de parabéns, a cidade Jaguariúna era linda, e graças ao trabalho dele, e desejou boa noite; a seguir, pediu a palavra o Sr. José Muniz que cumprimentou a todos, ao “Chefe”, dizendo que era um prazer tê-lo na Casa aquela noite, e cumprimentou ao Abrucez, Xanddy, e demais autoridades; disse que também não poderia deixar de falar, e se dirigiu ao Chefe, dizendo que iria ser breve, e que todo o Vereador já tinha falado o que tinha que falar, e o agradeceu, dizendo que Jaguariúna agradecia pelos anos que ele esteve à frente da cidade, do Município, e que no hoje ele sabia que não era fácil estar ali, não era fácil e disse de imaginar para aquele que teve cinco mandatos, e que tinham que tirar o chapéu para o Sr. Tarcisio, e exclamou que, quem era ele, em primeiro mandato, vir ali rejeitar uma conta de uma pessoa que ia deixar legado para o resto da vida de Jaguariúna, e o parabenizou, e não só a ele, como todos os gestores que passaram pela cidade, deixaram os seus legados, também, disse que queria que Deus lhe desse sabedoria para que ele também pudesse deixar o seu legado, porque eles sabiam que eram, às vezes, muito criticados, mal vistos, mas sabiam que todos que passavam pela Câmara queriam fazer o melhor e, principalmente, aquele que amava a cidade, amava o município, que era o caso do Sr. Tarcisio, e mais uma vez o parabenizou, e que era para contar com o voto dele sempre, e que sabia que para ele, Muniz, chegar até onde estava teve o apoio do Sr. Tarcisio, o caráter dele, pois onde chegavam e falavam que estava com o Sr. Tarcisio, eram bem recebidos, as portas se abriam e era isso que importava na vida deles, ter o reconhecimento das pessoas, e disse ao “Chefe” que se ele estava ali naquele dia era graças a ele, graças ao Wellington, seu amigo, à equipe de trabalho, e eles aprenderam que gratidão era tudo, e que achava que todo jaguariunense que passasse por ali, naquele momento, iria falar muito obrigado ao Sr. Tarcisio por tudo o que ele tinha feito; disse para contar com o voto dele e desejou boa noite a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou a todos, aos que estavam na assembleia, agradeceu a presença de todos, e um agradecimento especial ao querido amigo, “Chefe”, e que era assim que ele os chamava, e pediu permissão para que ele pudesse chamá-lo, também; pela presença dele ali, muito agradeceu pela presença, pelo esclarecimento que ele fez para que, se houvesse alguma dúvida, o agradeceu por ter vindo na Casa; Adilson, ex Presidente da Casa, o agradeceu pela presença, Xanddy, enfim, a todos eles presentes; disse que ia na tribuna, primeiramente, falar que o Tarcisio, ele achava que todos ali



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

falaram da história dele, da história de vida de Jaguariúna, do amor dele pela cidade, do tanto que ele tinha feito nos seus cinco mandatos, sabiam que não era fácil, sabiam que ele sempre preocupado com as contas do Município, preocupado, principalmente, com a Saúde, com a Educação, e que eles viam, no hoje, a cidade sendo reconhecida pela melhor qualidade na Saúde, pela melhor Educação, e isso era um trabalho, não do dia para a noite, era um trabalho longo, de longas datas; mais uma vez apresentou seu agradecimento, tinha seu voto favorável, disse ao Sr. Tarcisio, por tudo o que ele tinha feito pela cidade; quando se tratava da crise que se estava passando, em nenhum momento o funcionário dele deixou de receber o seu salário, quando em muitos municípios, o Estado, pagando parcelado, mas em Jaguariúna os funcionários receberam em dia; disse que não iria se estender muito, o parabenizou, que Deus o abençoasse muito e lhe desse muito sucesso, e mais uma vez, como Vereador ali, em nome da população, o agradeceu por tudo o que ele fez pela cidade, e disse: “Valeu, Chefe!”; a seguir, pediu a palavra o Sr. Rodrigo da Silva Blanco que cumprimentou a todos, em especial ao Presidente Adilson, ao Xanddy, Vereador que foi parceiro dele, ex Presidente da Câmara, Valdir, Secretária Nenê, e em especial, também, ao Tarcisio, e que queria falar da amizade deles de longo tempo, das passeadas deles nas violadas sertanejas, independente de política, eles tiveram uma inversão em certo tempo da carreira deles, mas eles nunca misturaram amizade com política e sempre foi bem recebido onde eles estavam, seus amigos, e também esperava que o Sr. Tarcisio tivesse sido bem recebido no seu encontro, em todas as voltas aí, e nunca teve uma mistura política com amizade e o agradeceu por tudo o que ele fez em Jaguariúna, e aquela história que o Sr. Tarcisio explanou ali, esse esboço junto com o relatório do Vereador Bozó, eles já sabiam de tempos que eles, na outra legislatura, ele contava isso para eles, os chamavam lá, pedia o apoio e, em nenhuma vez, eles tendo lados políticos ali, foram coagidos, sempre ficou tranquilo em suas decisões ali e sempre foi bem recebido no gabinete dele, junto à equipe dele; disse que só tinha a agradecer o aprendizado, e agradecer o que ele tinha feito por Jaguariúna, também, e que era para contar com o seu voto ali, naquela decisão; disse que, na realidade, ele nem ia explicar aquilo porque a sua decisão já estava tomada já havia algum tempo, e acompanhando seu mandato de Prefeito de dois mil e quatorze, naquele ano que estava salutar naquela pontuação, e que ele já estava tranquilo, porque ele fez parte disso daí e já tinha fiscalizado isso desde lá atrás, mas não deixava ali de prestar aquela homenagem, esse parabéns do fundo do coração; disse que era para contar com



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

seu voto; dispensou um abraço, Rodrigo Magrão; a seguir, pediu a palavra a Sra. Tais Camellini Esteves que cumprimentou a todos, em especial ao Sr. Tarcisio, ao Adilson, ao Luizão, ao Xanddy, dizendo que era um imenso prazer receber o Sr. Tarcisio na Casa, e que em dois mil e doze eles estavam juntos na Campanha, e perguntou se ele se lembrava, e que ele foi em sua casa, fez reunião com sua mãe, ganharam a campanha, e o parabenizou por tudo o que ele tinha feito na cidade, e que Jaguariúna era linda, foram cinco mandatos, e que ela era nascida e criada na cidade, ela tinha trinta e seis anos, ele conhecia sua família, seus avós, sua mãe, e que ela era favorável, iria votar sim, e o parabenizou por tudo o que ele tinha feito por Jaguariúna; agradeceu ao Sr. Tarcisio, agradeceu; a seguir, pediu a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner que disse que tinha ficado por último; cumprimentou a todos, ao ex Prefeito Tarcisio, ao Abracez, pelo belíssimo trabalho que ele fez na cidade, e cumprimentou aos Colegas, aos servidores da Casa que também os ajudavam; disse que ela também ficava até emocionada porque eles sabiam que, às vezes, a burocracia, ela cometia grandes injustiças, e amarravam, confirmou com o Tarcisio, amarravam o gestor que, às vezes, ele poderia fazer um trabalho muito melhor e ele ficava preso, por questões burocráticas, e o que estava acontecendo no hoje, no Brasil, era uma falta total de confiança no político, se era eleito e, a partir daí, já se era suspeito, e que ficava muito difícil, sempre, confirmou com o Xanddy, ficava complicado, e que eles queriam explicar para a pessoa e ela já desconfiava, e que ela queria dizer que, claramente, foi feito o melhor naquele ano e nos outros, e que ela também iria votar favorável. A seguir, em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 027/2018, do Sr. Luiz Carlos de Campos, que aprova a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2014, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos, num total treze votos, pois Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “1”, “2” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. 2. Processo CM nº 119/2017, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a prestação das contas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, referentes ao exercício de 2012 – TC – 1914/026/2012 (Responsável: Prefeito Márcio Gustavo Bernardes Reis). Primeiramente, foi feita leitura do Parecer do Relator Especial designado, Vereador Afonso Lopes da Silva, apresentando Decreto Legislativo que aprova a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2012. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra para o Sr. Márcio



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Gustavo Bernardes Reis ou seu representante legal para apresentar sua defesa oral, num prazo máximo de 20 (vinte) minutos, e não se fazendo presente o Sr. Márcio Gustavo Bernardes Reis, nem seu representante legal, o Sr. Presidente colocou para apreciação, em Única Discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 028/2018, do Sr. Afonso Lopes da Silva que aprova a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2012 (Quorum de deliberação: maioria simples: Art.49, “a”§ 1º, IV do R.I.). Em Discussão pediu a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner que desejou boa noite a todos mais uma vez e pediu desculpas ao Waltinho, pois pediram juntos, ela só queria dizer que ela ficava feliz porque eles participaram daquele Governo, em dois mil e doze, naquele Governo ela foi Secretária de Educação, e ela ficava feliz que o próprio Tribunal entendia que as Contas estavam ok; então, também, ela votaria a favor pela aprovação; a seguir, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que desejou mais uma vez boa noite ao Presidente, nobres Vereadores e todo o público presente dizendo que, como a discussão anterior versou na defesa de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ele se sentia na obrigação de ir até lá, também, relatar a de dois mil e doze e que faria menção à sustentação oral do Prefeito Gustavo Reis quando esteve presente no dia vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, inicialmente, as Contas vinham com parecer desfavorável pelo relator apontando os elementos como a nobre Vereadora Cássia tinha lido anteriormente; na sustentação oral, o senhor Gustavo Reis havia apresentado o índice de educação mínimo constitucional que era exigido, de vinte e cinco por cento e o Município tinha atingido trinta vírgula quarenta e seis por cento; o Município tinha atingido naquele mesmo ano o primeiro lugar no SARESP e no IDEB, primeiro lugar na Região Metropolitana de Campinas, honra aquela que ele teve que suceder à nobre Vereadora Cássia, junto à pasta da Educação, no segundo semestre do mesmo ano e colher aqueles frutos em conjunto com ela e com a Administração; apresentou, também os cem por cento dos Recursos do FUNDEB sendo aplicados, sendo que, sessenta por cento, era o mínimo, aplicado no magistério e o Município tinha aplicado setenta e cinco vírgula vinte e quatro; os gastos públicos que eram regidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município aplicou quarenta e um vírgula cinquenta e quatro por cento nos gastos públicos, sendo que o limite era de cinquenta e quatro por cento, a Saúde tinha um mínimo constitucional de quinze por cento, e o Município havia aplicado no ano de dois mil e doze, vinte e nove vírgula oitenta e um por cento; fazendo uso



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

das palavras do senhor Márcio Gustavo Bernardes Reis onde ele dizia: “o brilhante artigo escrito pelo Conselheiro Roque Citadini diz que o Município não deve visar lucro”; comentou que, realmente, não deveria visar lucro, e sim deveria visar o investimento no cidadão, nas pessoas; acrescentou ainda que naquele brilhante artigo ele dizia: “que até, dez por cento, seria razoável nas questões dos déficits”; comentou que estavam muito abaixo daquilo, muito abaixo; continuando com a defesa, ainda, o senhor Márcio Gustavo dizia: “que os novos indicadores para análise das Contas se dariam, em anos subsequentes, a partir de índices de efetividade da Gestão Municipal”; acrescentou, ainda, porque ele queria trazer aquela discussão lá para a Tribuna? Era para perceber que a análise, nem sempre era razoável do próprio Tribunal, muitas vezes era o foco do entendimento de uma pessoa, buscar efetividade era saber que a Cidade tinha funcionado, que o investimento tinha atingido a quem merecia, na Saúde, na Educação, na Segurança, Saneamento Básico, o desenvolvimento da Cidade e que, em primeira análise não foi levado em consideração aquilo, por isso que ele disse anteriormente, ser gestor tinha que ter coragem, não era fácil, não era fácil lidar com aquelas situações, fazendo tudo certo, tudo dentro da lei, ainda tinha que deparar com uma análise daquela maneira; então, por isso que a análise, a avaliação anterior das Contas de dois mil e catorze, ele tinha comparado com as de dois mil e doze, porque estavam seguindo a mesma linha e o Tribunal reformava, o Pleno reformava a decisão monocrática do Relator dando provimento às contas; disse ainda que aquela Casa tinha o papel também, de fazer a última análise, de qualquer conta, de qualquer Gestor e ele tinha certeza que ela iria levar em consideração sempre aqueles princípios, da ética, da moralidade, dos princípios constitucionais que regiam aquela Casa de Leis para poder, aí sim, terem justiça, se a justiça não acontecia em outros órgãos de controles externos, que acontecesse, pelos menos, na Câmara Municipal de Jaguariúna; agradeceu e desejou boa noite. A seguir, em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 028/2018, do Sr. Afonso Lopes da Silva que aprova a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2012, foi o mesmo aprovado por dez votos favoráveis, sendo dois contrários dos Srs. Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves. O Sr. Luiz Carlos de Campos pediu a palavra desejando novamente boa noite a todos, dizendo ao Presidente que queria requer a Sua Excelência a transcrição da justificativa dele e o voto na ata da presente sessão e, também, até já tinha tomado a liberdade de passar o email para a Alzira de toda a escrita e, também no que tinha se baseado, que fosse inserido no processo, a transcrição na ata só



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

a justificativa do voto, aquilo era só para fazer parte do processo, agradeceu; a pedido, então, do nobre Vereador Luiz Carlos de Campos foi transcrito na ata o que se segue: “Processo TC N° 001914/026/12, que dispõe sobre a prestação de Contas do Município de Jaguariúna referentes ao exercício de 2012. Justificativa e Voto: Analisado o Processo TC-001914/026/12, relativo às Contas da Prefeitura do Município de Jaguariúna, exercício de 2012, que recebeu parecer desfavorável à sua aprovação da E. Segunda Câmara, não há como concordar com os Excelentíssimos Senhores Conselheiros, que votaram pelo provimento do pedido de reexame, interposto pelo responsável pelas contas. A discordância se deve ao fato de que os memoriais que foram encaminhados aos Excelentíssimos Conselheiros, mencionados em alguns dos votos (‘todos recebemos memoriais do Ex-Prefeito’ ou ‘como os memoriais nos foram encaminhados’), mereciam uma melhor verificação dos Exmos. Conselheiros que votaram pelo provimento do recurso, o que aparentemente não ocorreu, pela gravidade da argumentação utilizada, conforme se verifica nos votos (‘onde a gestão que assumiu no dia seguinte alterou os valores dos boletins contábeis do dia 31’). Existia tempo hábil para tanto, com a retirada do processo da pauta da sessão de 25-11-2015, a pedido da Relatora, após a sustentação oral do Gestor das Contas, com a sua inclusão automática na próxima sessão de 02-12-2015. Se tivesse ocorrido a verificação reclamada, muito provavelmente poderiam entender pela improcedência das informações então ofertadas, como adiante restará demonstrada e comprovada com os documentos anexados. Antes de se analisar os documentos que fazem parte do processo de contas, bem como aqueles anexados pela defesa, faz-se necessário esclarecer que não existe nas folhas 289/298 o Boletim de Caixa n° 241, mencionado pela defesa do Gestor das contas (Fls.436/451) e no voto do Conselheiro (Fl. 491). Nas referidas folhas encontra-se o Boletim de Caixa n° 244, do dia 31-12-2012 e nas folhas 102/112, o Boletim de Caixa n° 240, do dia 28-12-2012. Pelo que se verifica nos votos dos Excelentíssimos Conselheiros, a discussão em relação ao Pedido de Reexame se concentrou em relação ao atendimento ou não do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que assim dispõe: ‘Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

final do exercício'. Os Agentes de Fiscalização (Fls. 167) apontaram que o Poder Executivo não atendeu ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme quadro elaborado e reproduzido abaixo: 30-04-2012 - Disponibilidade de Caixa:13.213.458,59; Saldo de Restos a pagar liquidados: 620.579,49; Empenhos liquidados a pagar:17.138.823,58; ILIQUIDEZ: (4.545.944,48); 31-12-2012: Disponibilidade de Caixa:8.738.409,01; Saldo de Restos a pagar liquidados: 20.884.494,46; Cancelamento de empenhos liquidados:0; Cancelamento de restos a pagar processados:0; ILIQUIDEZ: (12.146.085,45). Conforme se verifica, foi apurado que em 30-04-2012 havia uma Iliquidez de (R\$4.545.944,48), ou seja, valor negativo naquela data para honrar os compromissos de curto prazo, e em 31-12-2012, ao final do exercício, verificou-se que a Iliquidez aumentou para (R\$12.146.085,45), descumprindo então o que dispõe o artigo 42 da LRF. A defesa do Gestor das Contas questionou os valores utilizados pela Fiscalização para a apuração deste dispositivo legal. Em relação à Disponibilidade de Caixa, diz que o Boletim de Caixa nº 241, do dia 31-12-2012, registra a existência de R\$16.693.068,54 e o quadro apresenta a importância de R\$ 8.738.409,01. No entanto, não há o que contestar do valor utilizado pela Fiscalização do Tribunal, haja vista que o Boletim Diário do dia 31-12-2012 (241 ou 244), utilizado pela defesa, registra a conta: 4000 - CAIXA-JAGUARPREV, com saldo atual de R\$ 4.917.336,10 (Fls. 289/298) (documento-01), que, aliás, nada trouxe de novidade. Na elaboração do quadro pela Fiscalização, este valor foi separado do saldo da Disponibilidade de Caixa total de 31-12-2012, e não poderia ser diferente, haja vista que este saldo pertence ao Fundo Especial de Previdência Social de Jaguariúna, conforme melhor se verifica no quadro: 'Assunto 5: Lei de Responsabilidade Fiscal - Demonstrativo da evolução da capacidade de liquidez da dívida de curto e longo prazo' (Fl.171) - (documento-02), separado da Disponibilidade bruta da Prefeitura Municipal, portanto, valor que não pode ser utilizado para o pagamento de despesas da Prefeitura. Além do referido valor, ainda precisaram ser extraídos das Disponibilidades de Caixa bruta de 31-12-2012 da Prefeitura Municipal, os valores de depósitos e consignações (deduções das remunerações dos servidores a recolher, como por exemplo: INSS, Contribuição ao Fundo de Previdência, Sindicato, Empréstimo Consignado, etc.), para se apurar as disponibilidades líquidas pertencentes ao Município, como bem observou a Assessoria Técnica do Tribunal de Contas (Fls.412). A defesa também apresentou a relação de Restos a Pagar - situação em 01/01/2013, com valor de R\$14.275.956,47 (documento-03), questionando



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

o saldo de Restos a pagar liquidados do quadro elaborado pela Fiscalização, que apresenta o valor existente em 31-12-2012 de R\$20.884.494,46. Mais uma vez não há o que contestar do valor utilizado pela Fiscalização do Tribunal, na inscrição do Restos a Pagar do exercício de 2012, no valor de R\$20.724.493,95, haja vista o verificado no 'Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante', expedido pelo Sistema de Contabilidade da Prefeitura (documento-04) e o mesmo anexo, emitido pelo Sistema AUDESP, do Tribunal de Contas (documento-05), que somado à sobra anterior existente, ficou com o saldo de Restos a Pagar para o período seguinte de R\$20.884.494,46, sendo este o valor utilizado no quadro para apurar a norma do artigo 42 da LRF. O valor de R\$20.724.493,95, INSCRIÇÃO no 'Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante', corresponde ao resultado da subtração dos Empenhos Pagos, dos Empenhos Liquidados, que consta do Balancete da Despesa Prefeitura Municipal de Jaguariúna, datado de 31 de dezembro de 2012, assinado pelo Prefeito Municipal, responsável pelas contas do exercício verificado e pelos Técnicos da Prefeitura (documento-06). Os valores de R\$11.374.755,65, correspondente à Disponibilidade de Caixa bruta e de R\$20.884.494,46, relativo aos Restos a Pagar da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, exercício de 2012, encontram-se impressos no 'Anexo 14 - Balanço Patrimonial', expedidos pelo Sistema de Contabilidade da Prefeitura (documento-07) e pelo Sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (documento-08). Para reforçar tudo o quanto até agora foi exposto, importa destacar a manifestação do Ilustre Senhor Secretário-Diretor Geral do TCESP, em relação às Contas do exercício de 2012, referente ao artigo 42 da LRF (Fls. 476): 'como bem destaca a Assessoria Técnica competente (Fls. 412), os valores utilizados para embasar tão importante quesito, encontram-se consolidados nas peças contábeis, com base nas informações repassadas ao sistema AUDESP, inclusive de forma concomitante à execução da gestão orçamentária, devidamente validados e legitimados pela inspeção realizada 'in loco' pela fiscalização desta E. Corte. Aliás, decorre deste acompanhamento o fato da Prefeitura ter sido alertada, por 10 (dez) vezes, sobre possível descumprimento da norma fiscal em análise, nos termos do art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os documentos trazidos em sede recursal de fls.288/298 e 299/369 sequer encontram-se assinados por autoridades fiscais, como o tesoureiro, contador ou mesmo o então Prefeito Municipal, ora recorrente, sendo incapaz de alterar os cálculos até aqui elaborados, tratando-se, a meu ver, de meros relatórios sem qualquer capacidade probatória capaz de alterar o juízo sobre os demonstrativos em



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

reexame.’ Portanto, conforme o apontado pela própria Fiscalização do Tribunal de Contas (Fls.167) e se verifica no que acima foi demonstrado, referente ao exercício de 2012, o Executivo Municipal não atendeu a regra trazida pelo artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Outro apontamento efetuado, é quanto a dívida de curto prazo, sobre ‘despesas que deixaram de ser empenhadas regulamente em 2012’, apuradas na fiscalização (Fl.54), que somaram o valor de R\$11.615.736,54, conforme a relação às Fls. 54/55 (documento-09) do processo de contas, dizendo que ‘referem-se a serviços prestados ou materiais já entregues, o que significa que houve desrespeito ao artigo 60 da Lei nº4.320/64 que dispõe: Art. 60 - é vedada a realização de despesa sem o prévio empenho’ (Fl. 55), que afetaria todo o resultado das contas de 2012. Ainda, em relação às despesas não empenhadas no tempo próprio, manifestou: ‘pelo exposto, resta comprovado que se todas as despesas acima discriminadas fossem empenhadas regularmente no exercício de 2012, acrescentariam à execução da despesa de 2012 R\$ 11.615.736,34’ (Fl.143). Em análise à apuração do Resultado da Execução Orçamentária do exercício de 2012, com a receita realizada em (R\$203.215.086,25) e a execução da despesa em (R\$217.416.709,61), nota-se um déficit de (R\$14.201.623,36), que corresponde a 6,99% no referido período (Fl.51). Referente a este resultado a SDG manifestou que o ‘valor mensal médio de (R\$16.934.590,52) da receita arrecada pelo Município, inferior ao parâmetro de um mês da arrecadação, não provocou, portanto, impacto prejudicial em futuros orçamentos para a sua reversão. Desta forma, penso que possa ser afastada essa questão dos motivos que ensejaram a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas’ (Fls.475/476). Como aqui já mencionado, a própria Fiscalização anotou que a ‘Prefeitura deixou de empenhar despesas no montante de (R\$11.615.736,34) por insuficiência de dotação orçamentária. Se somadas tais despesas à execução orçamentária de 2012 o déficit seria maior (R\$ 25.817.359,70) o que resultaria 12,70% da receita arrecada’ (Fl. 52), portanto, fato que certamente ensejaria o não provimento do pedido de reexame, haja vista que excederia em muito o referido limite de tolerância. Mesmo se suportado parte deste déficit pelo resultado econômico positivo do ano anterior (R\$2.912.040,04), ainda continuaria bastante elevado (R\$22.905.319,66), bem acima do valor mensal médio da receita arrecadada. Por fim, destacou que ‘conforme relatado em itens deste relatório de contas, a Prefeitura deixou de empenhar despesas pertencentes à competência do exercício, diminuindo o valor do déficit financeiro e conseqüentemente atenuando a gravidade do desatendimento ao



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

artigo 42 da LRF' (Fl.167). Referente a isto, fica evidente que tais despesas não deveriam ter sido relevadas na análise definitiva das contas do exercício de 2012, pela E. Corte de Contas, já que tal mecanismo - o não empenhamento de despesas liquidadas - poderia ser utilizado por outros gestores e demais entes fiscalizados, quando em dificuldades financeiras, para simplesmente se enquadrarem nas regras legais estabelecidas, afetando as contas públicas do município. Após a análise do Processo de Contas TC-001914/026/12 e verificadas as falhas apontadas pelos Agentes de Fiscalização do E. Tribunal, fazem-se necessárias ainda as seguintes considerações: As Assessorias Técnicas do Tribunal de Contas, manifestaram pela manutenção do r. parecer emitido pela E. Segunda Câmara, sessão de 24/06/14, no sentido desfavorável à aprovação das contas de 2012; O Ministério Público de Contas opinou pelo conhecimento do pedido de reexame e, no mérito, pelo não provimento, devendo ser mantido o r. parecer desfavorável à aprovação das contas em análise. A Secretaria-Diretoria Geral, manifestou pelo Não Provimento do apelo, afastando apenas a impropriedade relativa à situação econômico-financeira; A Conselheira-Substituta relatora do processo de contas, votou pelo não provimento do pedido de reexame; O E. Plenário, conheceu o Pedido de Reexame e, quanto ao mérito, deu-lhe provimento, por maioria, vencida a Auditora Substituta de Conselheira. Em virtude do que foi exposto, depois de verificados os documentos constantes do processo de contas, restou comprovadas as falhas apontadas pela D. Fiscalização, conforme a seguir elencadas: 1) Despesas que deixaram de ser empenhadas regulamente em 2012, que referem-se a serviços prestados ou materiais já entregues, no valor de (R\$11.615.736,34) - descumprindo o artigo 60, da Lei Federal nº 4.320/64; 2) O aumento do déficit orçamentário de 1,64% (R\$ 3.085.400,80), em 2011 para 6,99% (R\$ 14.201.623,66) e o não empenhamento de despesas processadas, no montante de R\$ 11.615.736,34, elevando o déficit para 12,70% (R\$ 25.817.359,70) da receita arrecadada; e 3) Falta de liquidez para honrar os compromissos de curto prazo, agravada nos dois últimos quadrimestres, uma vez que a iliquidez verificada em 30/04/12, de R\$ 4.545.944,48, foi aumentada em 31/12/12 para R\$ 12.146.085,45 - sem contar as despesas liquidadas que não foram devidamente empenhadas -, em Descumprimento À Regra Do Artigo 42 Da Lei De Responsabilidade Fiscal. O Voto é pela rejeição das contas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativas ao exercício de 2012. Câmara Municipal de Jaguariúna, 06 de novembro de 2018. Vereador Luiz Carlos De Campos". 3. Processo CM nº 174/2017, do Tribunal de Contas do Estado de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

São Paulo, que dispõe sobre a prestação de contas do Município de Jaguariúna referentes ao exercício financeiro de 2015 – TC – 2547/026/2015 (Responsável: Prefeito Tarcisio Cleto Chiavegato). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer do Relator Especial designado, Vereador David Hilário Neto, apresentando Decreto Legislativo que aprova a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2015. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra para o Sr. Tarcisio Cleto Chiavegato Neto ou seu representante legal para apresentar sua defesa oral, num prazo máximo de 20 (vinte) minutos, usando a palavra o Sr. Tarcisio Cleto Chiavegato que disse aos amigos Vereadores que, como o Tribunal tinha vindo com parecer favorável, ele pediu o voto deles mas, que queria nominar o Silva, Fred, Neguita, Cristiano, Cássia, David, Inalda, Zé Muniz, Bozó, Rodrigo Magrão, Romilson, Taís e Waltinho, agradeceu de coração, foi um presente maravilhoso que ele recebeu deles, agradeceu e esperava também, que votasse naquele também, era o vigésimo primeiro, eram vinte e dois anos de mandato; aprovando as contas seria vinte e um e, dois mil e dezesseis, talvez, aquele ano, o próximo ano, ele estaria lá para encerrar o ciclo; agradeceu pelo carinho que foi dado, agradeceu à população de Jaguariúna que tinha dado cinco mandatos, agradeceu. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Decreto Legislativo nº 029/2018, do Sr. David Hilário Neto, que aprova a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2015 (Quorum de deliberação: maioria simples: Art.49, “a”§ 1º, IV do R.I.). Em Discussão pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo desejando boa noite a todos dizendo que, para concluir a noite com as três Contas que foram analisadas e votadas naquela Casa, a Conta de dois mil e quinze ele destacou o parecer favorável, houve os apontamentos que fizeram parte de todo o processo, por que os apontamentos aconteciam nas fiscalizações e nas contas do gestor? Para que se aprimorasse o sistema e para que ele passasse a fazer de uma maneira melhor a sua gestão, muitos apontamentos que constam no relatório final, foram cumpridos pela Administração e no momento, estavam em prática, exatamente, para melhorar a qualidade dos serviços públicos; fez ainda os últimos destaques das Contas, uma relação dos percentuais como tinha falado anteriormente, com a educação mínimo de vinte e cinco que foi investido em dois mil e quinze, vinte e nove ponto catorze; com magistério mínimo de sessenta, foi investido setenta e cinco ponto noventa e um; com o FUNDEB, cem por cento, sendo que noventa e cinco, que era o mínimo, no exercício cinco, no primeiro trimestre seguinte cumprido à risca; na



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Saúde mínimo de quinze, investido trinta e oito vírgula cinquenta e dois, e com o Pessoal, o máximo de cinquenta e quatro, foi investido quarenta e sete vírgula doze, mostrando que Jaguariúna era uma Cidade equilibrada, sempre se pautando para aquilo, se o desenvolvimento e o progresso tinha vindo para a Cidade, foi exatamente por trabalhar aqueles conceitos, subdividir o Orçamento em investimentos, custeios, despesas, faziam parte da Gestão, então, olhar com um olhar de Gestor dava para eles a visão que o Município não era à toa que tinha o destaque que tinha, não era a toa que chegou onde chegou e se tinha chegado até lá, foi porque a regra tinha sido cumprida, a lei foi cumprida e os Gestores estavam lá, exatamente, para pedir aquele apoio daquela Casa de Leis; mais uma vez, como nas anteriores, tinha o apoio, também, das Contas de dois mil e quinze; agradeceu pela atenção de todos desejando boa noite, A seguir, em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 029/2018, do Sr. David Hilário Neto, que aprova a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, relativa ao exercício financeiro de 2015, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, dos Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo, Cristiano José Cecon, Alfredo Chiavegato Neto, David Hilário Neto e Luiz Carlos de Campos foi apresentado requerimento de urgência especial, com fulcro na alínea “b”, inciso I, do art. 185 do Regimento Interno, para que o Projeto de Lei dos Srs. Cássia Murer Montagner e Walter Luís Tozzi de Camargo que altera a ementa e os artigos 1º, 2º e 4º; e acresce o artigo 5º à Lei nº 2.439, de 30 de outubro de 2017, que dispõe sobre o parcelamento de preços públicos de sepultamento e exumação no Município de Jaguariúna, e dá outras providências, fosse apreciado em única discussão naquela sessão; em discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Ângelo Roberto Torres como relator especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do projeto de lei em discussão e a seguir do parecer do Relator Especial designado; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 088/2018, dos Srs. Cássia Murer Montagner e Walter Luís Tozzi de Camargo que altera a ementa e os artigos 1º, 2º e 4º; e acresce o artigo 5º à Lei nº 2.439, de 30 de outubro de 2017, que dispõe sobre o parcelamento de preços públicos de sepultamento e exumação no Município de Jaguariúna, e dá outras providencias (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art.50, § 1º, I do R.I.). Em discussão pediu a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo desejando boa noite a todos, dizendo que aquele projeto que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

tratava sobre o parcelamento dos serviços de cemitério, ele foi aprovado no ano passado, naquela Casa e sancionado no dia trinta de outubro de dois e dezessete; a iniciativa do projeto foi de autoria e co-autoria dele e da nobre Vereadora Cássia visando atender melhor à população de Jaguariúna num momento tão difícil de dor que era ter um ente querido falecido e ter que deparar com questões financeiras que elevavam muito o custo para o sepultamento, enfim, para que conseguisse fazer as exéquias de maneira correta; como foi sancionado dia trinta de outubro, aquele projeto passou por regulamentação, daí aguardaram o funcionamento daquela lei, a aplicação dela prática; disse, ainda, que dois requerimentos foram apresentados na Casa naquele ano, sendo que o último aconteceu no mês de outubro, também, um pouco antes do aniversário da lei, eles não tinham respostas porque ela não estava sendo aplicada, daí depararam numa reunião junto à Secretaria de Governo que a referida lei carecia de alterações mas, que preocupavam um pouco, um ano depois aqueles apontamentos não terem chegados à aplicação prática da população, ele achava que as coisas poderiam ser um pouco mais ágeis, a lei não era para beneficiar o Waltinho ou a Cássia, mas toda a cidade de Jaguariúna, principalmente, os que tinham mais necessidades da aplicação dela, no parcelamento, não podiam permitir que no serviço público as coisas caminhassem a passos de jaboti e, infelizmente, o jaboti tinha sentado no projeto, daí ele não andou; ele lamentava em ter que relatar aquilo, mas foi por isso que ele pediu a colaboração e compreensão de todos os nobres Vereadores para estabelecer regime de urgência especial, era à margem, atípico daquela Casa; não gostariam que aquilo acontecesse porque não havia tempo para discussão, então, ele tomou a liberdade, na quarta-feira passada, na reunião de comissões discutiram previamente o projeto para depois apresentar, naquela noite, regime de urgência para sanar aquela deficiência, aquele problema que estava instalado, e muitas pessoas, ao longo de um ano protocolaram requerimentos e não tiveram respostas; então, gostaria de agradecer muito a compreensão de todos na votação e aprovação do regime de urgência especial e queria contar, de novo, com eles com a aprovação das alterações da lei e que o termo certo deveria ser, serviços de cemitério e constava na lei originária, exumação e sepultamento que era só uma parte do todo; concluindo a fala disse que também não sabia que o Município não tinha uma lei própria para disciplinar o cemitério municipal, tinham diretrizes da CETESB, mas não tinha uma lei específica e o Executivo estava elaborando aquela lei, exatamente para disciplinar o uso daquele espaço público que pertencia à cidade de Jaguariúna;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

agradeceu pela atenção de todos e que contava com o apoio dos nobres Vereadores desejando boa noite; a seguir, pediu a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner dizendo que iria falar sentada porque só queria agradecer por terem conseguido colocar em votação para ter corrigido aquilo, agradeceu. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 088/2018, dos Srs. Cássia Murer Montagner e Walter Luís Tozzi de Camargo que altera a ementa e os artigos 1º, 2º e 4º; e acresce o artigo 5º à Lei nº 2.439, de 30 de outubro de 2017, que dispõe sobre o parcelamento de preços públicos de sepultamento e exumação no Município de Jaguariúna, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, em Segunda Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 017/2018, do Executivo Municipal, que altera a Lei Complementar Municipal nº 307/2018, que dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzam produtos de origem animal, e dá outras providências, no Município de Jaguariúna. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art.50, § 1º, IV do R.I. cc Art. 42 da LOM). Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 080/2018, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar termos diversos com a Federação Paulista de Futebol visando sediar a Copa São Paulo de Futebol Júnior – 2019, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art.50, § 1º, VIII do R.I.). Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por dez votos favoráveis, sendo dois contrários dos Srs. Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves. A seguir, o Sr. Presidente solicitou a leitura do seguinte Edital de Convocação: “Edital de Convocação nº 029/2018. De Sessão Extraordinária: O Vereador Romilson Nascimento Silva, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da 25ª (Vigésima Quinta) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Única Discussão e Votação: 1. Projeto de lei nº/2018, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para realizar remanejamentos do Orçamento 2018; 2. Projeto de lei nº/2018, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para realizar remanejamentos do Orçamento 2018; Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ordem do Dia da 25ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, 6 de novembro de 2018. Vereador Romilson Nascimento Silva – Presidente. Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani De Campos Souza Venturini - Diretora Geral.” A seguir, o Sr. Presidente disse, então, que ao final daquela sessão, teriam uma sessão extraordinária, e agradeceu, também, a presença, como sempre, da Polícia Municipal, em nome do Policial Municipal o Ortiz e demais senhores, e que viu, também, o Comandante, o Halthman, que se fazia presente, o amigo Valdecir, também, e os agradeceu pelo apoio de sempre; cumprimentou, também à Secretária de Gabinete, a Maria Emília, Nenê, o Valdir Parisi, quatro vezes Vereador, Presidente da Casa, seu amigo Adilson Abruhez, que ele teve o prazer de participar com ele de uma legislatura, e não sabia se ele estava ali ainda ou tinha ido embora, e que puderam aprender muito com ele, era uma pessoa do bem; a Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos, a Rita, que não sabia se ela estava presente e senhoras e senhores. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, fez uso da palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que, mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo que ele queria lá, como sempre, assumir as atribuições como Presidente ao longo do primeiro e do segundo ano, dar uma nota de esclarecimento a todos os presentes, a tão falada modernização do Plenário, que estavam fazendo na Casa; disse que ele fez uma nota simples, onde falava: “ com as obras de serviço, a modernização, a Câmara Municipal realizará a transmissão ao vivo das sessões, propiciando mais transparência e participação popular, visando proporcionar maior agilidade e transparência aos trabalhos realizados pelo Poder Legislativo; a Câmara Municipal de Jaguariúna está realizando obras de modernização das atividades da casa, incluindo fornecimento, instalação e configuração de soluções informatizadas, treinamento e capacitação de usuários, e conforme determina a legislação, a empresa vencedora do Pregão Presencial efetuará as obras e instalações. O contrato assinado prevê a instalação dos serviços em três etapas, respeitando um prazo de 65 dias, são elas: TV Câmara Web, o que permitirá a transmissão ao vivo das sessões legislativas e solenes pela internet ou pela televisão no futuro, e demais atividades do Poder Legislativo; Modernização das atividades em Plenário, com aquisição de computadores, votação digital para a mesa dos Vereadores, e Sonorização com a aquisição de novos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

microfones. Além da aquisição de equipamentos, o contrato inclui encargos sociais, custos operacionais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o bom cumprimento na prestação dos referidos serviços. O treinamento dos funcionários da Câmara também faz parte do contrato. A transmissão ao vivo das sessões legislativas sempre foi discutida na Câmara Municipal devido ao pleito de muitos munícipes junto aos Vereadores do Legislativo, pois em praticamente todas as Câmaras da região já oferece este tipo serviço à população. Importante destacar que oferecer esse tipo de serviço à população é bastante positivo. A nossa avaliação (disse que no caso, a avaliação dele como Presidente) é a melhor possível e não há pontos negativos para a população. Com as transmissões online, fica caracterizado um compromisso de maior transparência do Poder Público com a população. Transparência deveria ser algo intrínseco dos agentes públicos, afinal, estão lidando com os interesses da população, por isso tem o dever de prestar contas. Com os avanços tecnológicos e com a facilidade que a internet traz às pessoas, a transmissão online, seria a melhor forma de prestar contas ao povo. Além dos benefícios à população em geral, acreditamos (disse que no caso ele acreditava) que a transmissão seria benéfica aos Vereadores. Com tantos casos de corrupção e desmandos em nosso país, grande parte da população está desacreditada na política. Com as transmissões ao vivo, muitas pessoas poderiam acompanhar os trabalhos do Poder Legislativo e do Executivo. A Câmara Municipal de Jaguariúna (falou que, no caso, ele como Presidente queria deixar bem claro que foi uma prerrogativa dele) esclarece que todas as compras e aquisições efetuadas são precedidas da mais ampla publicidade, conforme manda a lei e o pregão presencial ocorreu dentro da mais perfeita ordem. Como preceitua a Lei Orgânica, a Resolução número sessenta de mil novecentos e noventa e um, o Presidente, no caso ele, é representante legal da Câmara nas suas relações externas e internas, competindo-lhes as funções administrativas e diretivas internas, além de outras expressas nesse Regimento ou outras decorrentes às suas funções e prerrogativas, portanto, as questões administrativas internas compete privativamente a esta presidência, no caso, senhor Romilson Silva; a Lei Federal número quatro mil trezentos e vinte, sessenta e quatro, recepciona como Lei Complementar da Constituição Federal de mil novecentos e oitenta e oito, assim dispõe o artigo cinquenta e oito o empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou de implemente de condição, sendo assim, esta



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

presidência, ordenadora de despesa e assumo todas as obrigações que são pertinentes ao cargo, Romilson Nascimento Silva, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, comentando que ele gostaria, mais uma vez, em nome do pai dele, de agradecer a todos os Vereadores que votaram favoráveis à conta que tinha um parecer desfavorável, a conta de dois mil e quinze e, de coração, realmente ele agradecia e poderia dizer que ninguém mais do que ele sabia e sentia o carinho que o pai dele teve pela cidade de Jaguariúna ao longo de toda sua vida; ele achava que não tinham ninguém mais entusiasmado por Jaguariúna e ele podia dizer, com toda certeza, e ele viveu intensamente todo o período em que ele foi prefeito de Jaguariúna, aquela disposição de fazer o bem para a cidade e, conseqüentemente, para os munícipes, e ele voltava a dizer que enquanto ele exercia aquele cargo, sempre exerceu com a maior lisura, com o maior carinho e o fez sempre pensando no melhor da cidade, nunca no melhor para ele, mas o melhor para a cidade e era com muito orgulho que ele tinha a honra e a graça Divina de poder ter sido filho dele e poder seguir os passos dele e, quem sabia no futuro, ele pudesse seguir ainda mais e chegar no cargo que ele exerceu com toda a dignidade e tentar chegar um pouco naquilo que ele pode fazer para a cidade, quem dera pudesse, exclamou, mas ele se sentia realizado de ter participado como um coadjuvante nas administrações dele e ter conquistado tudo aquilo que eles poderiam, realmente, decantar lá através dos índices, para a Região, para o País, e Jaguariúna ainda era uma cidade de destaque na Região, era uma cidade que se orgulhava cada dia mais e como disse muito bem o Neguita lá, nada acontecia por acaso, era tudo fruto de um trabalho e aquela sequência de um trabalho que sempre houve em Jaguariúna, tinha proporcionado aos munícipes aqueles índices e onde eles eram os mais beneficiados; disse que ele agradecia do fundo do coração e pedia a Deus que abençoasse a todos; disse que sabia que a vida pública não era fácil, e sim era bem difícil; lembrou que passaram por uma eleição presidencial no último dia vinte e oito, o segundo turno, e não tiveram sessão após aquele pleito e ele ficou muito orgulhoso também com o povo brasileiro em dar uma oportunidade a uma pessoa que sempre pregou na sua vida pública a moralidade, a coisa justa, a não corrupção e ele, naquela Casa, o defendeu e até pediu voto para ele e muitos sabiam daquilo e ele não tinha nenhuma afinidade com o partido dele, mas, sim, com os ideais que ele proporcionou à Nação; disse que ele não votou e nunca votou no PT na vida dele e ele perdeu a eleição durante vinte anos para presidente da República,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

sempre perdeu o voto dele e ganhou no ano atual e não era porque ele tinha ganhado naquele momento, que ele era obrigado a votar nele de lá há quatro anos, porque se ele não fizesse um bom Governo, muita coisa poderia mudar e era aquilo que ele tinha, como o povo, de ver no Governante, e ele entrou com um propósito e eles esperavam que ele o fizesse e o pouco que ele faria ele sabia que a Nação brasileira iria dar um salto muito grande; comentou que o País realmente saiu de um abismo, de uma fisiologia ideológica que se implantou no país, onde quem produzia não valia ou quem não fazia nada, enfim, inverteu-se os papéis na sociedade, onde o bandido tinha mais direitos do que o próprio policial que os defendia no dia a dia, e com aquela mudança que o povo entendeu, e que também tinha lá para eles um exemplo com relação às transmissões, a modernidade da Câmara, que um candidato a Presidente através dos seus celulares, eles estavam vendo muitos lá, proporcionou aquela mudança, não precisou de um valor tão vultuoso para se fazer uma modernidade na Câmara, e ele particularmente, já falou aquilo para ele, ele não concordava, era uma prerrogativa, eles sabiam daquilo, era uma prerrogativa do Presidente, a Câmara não tinha como, de uma certa forma, impedir de fazer aquele processo licitatório que ele tinha a certeza de que procedeu tudo correto, mas moralmente, realmente, ele não poderia concordar com aquele valor, setecentos mil reais era algo inadmissível, quase que faziam uma Câmara nova, então, na concepção dele, ele achava que deveriam rever aquilo, haja visto que um candidato na sua casa, toda a imprensa contra, simplesmente com um aparelho de celular, seu filho ao lado e amigo, pois uma campanha na rua onde divulgou realmente aquilo que a população queria ouvir, enfim, não era só transmitindo as sessões da forma que ele queria transmitir que eles sabiam que a população do outro lado iria poder ficar contente, e ele esperava que eles pudessem rever aquilo com maior brevidade, porque, realmente, não pegou bem, e a princípio ele iria falar e tinham lá algumas pessoas do comércio que o procuraram, com relação à Feira do Brás que iria acontecer no Município, talvez naquela semana, no RED e ele ficou sabendo naquele momento e ele pediu para as pessoas tentarem ir se inscrever para poder falar e dar mais argumentos, mas ele não concordava e ele participou de várias administrações e eles nunca compactuaram com aquilo, ainda mais em um momento de crise como o país estava passando, ainda mais no comércio de hoje em dia, que estava tentando se levantar para poder pagar suas contas, ainda mais no final de ano, esperançoso que o comércio se reaquecesse, eles não podiam compactuar, permitir, de uma certa forma proporcionar que aquilo ocorresse no Município e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

falaram que poderia ser no RED, que no RED tinha alvará para feiras, mas mesmo daquela forma não poderia ter, eles não traziam recursos nenhum para o Município e o Município vivia de impostos, dos quais cobravam a maioria dos comerciantes e não eram poucos, então, precisavam, realmente, pensar que se existia a sinalização por parte do Governo Municipal para que aquelas feiras acontecessem, ele esperava que também mudassem aquele pensamento e que não valorizassem aquele tipo de feira porque, realmente, poderia ser que as pessoas que lá frequentavam se beneficiavam por comprar um produto mais barato, mas aquelas pessoas que se intitulavam da Feira do Brás, se fossem do Brás mesmo, não precisavam vir até Jaguariúna para vender, porque lá estava lotado o dia inteiro, e em uma população como o Estado de São Paulo, que aliás, o estado de São Paulo inteiro ia para lá, o Brasil ia para lá comprar e eles sabiam muito bem daquilo, eles não precisavam vir para Jaguariúna ou para cidades da região para poder vender seu produto, era uma concorrência desleal, então, eles esperavam que o Poder Público não fomentasse aquele tipo, e parecia que há uns seis meses atrás teve uma e ele voltava a dizer que eles não compactuavam e não fomentava aquilo e ele esperava que o Governo Municipal não fizesse aquilo, sabendo o que estava acontecendo, que ele pudesse breicar e o poder de polícia do Município poderia fazer aquilo, ainda mais no RED se fosse aprovado, eles tinham de pagar taxa, ter alvará e tinham situações que precisavam ser, era como uma festa qualquer que acontecia naquele recinto que precisava ter alvará de tudo e ele esperava que o Poder Público não compactuasse com aquilo e impedisse, e a Paula que o procurou estava lá, queria falar também e ele esperava que na próxima semana ela fosse lá expor, mas talvez não tivesse tempo se aquilo ocorresse, mas ele voltava a dizer que eles nunca permitiram, eram sete de feira (naquele momento houve conversas paralelas na assembléia, fora do microfone) e ele continuou dizendo que não era justo e ele disse mais uma vez aos Órgãos competentes, a polícia Municipal que estava lá, a todos que trabalhavam na Administração Pública que se, realmente, tivesse aquele tipo de feira e que pelo jeito iria ter mesmo e que de uma certa forma coibissem e ele não sabia de que forma agir, mas alguém já tinha sinalizado naquele sentido para que pudesse acontecer, não era legal e ele esperava que pudessem rever; parabenizou às pessoas que estiveram à frente na eleição e ele deu o exemplo do Joãozinho que, através do Marketing do Bem, com seu carro de som, ele achava que a propaganda dele, nos últimos dias da eleição, só estava ele correndo, pedindo voto para o dezessete, parabenizou-o e disse que viu lá o Hamed que, foi guardinha na Casa e, atualmente, estava no



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Partido Novo, pessoas que estavam engrossando a política; parabenizou àquelas pessoas que, de fora, estavam tentando fazer um pouco pela cidade e pelo país; a seguir, fez uso da palavra o Sr. David Hilário Neto, que cumprimentou a todos e agradeceu aos colegas pela aprovação das contas do Prefeito Tarcisio e disse que ele só tinha de agradecer ao mandato do prefeito Tarcisio, que foi mais um mandato de muitos feitos para Jaguariúna, e foi uma honra poder votar aquelas contas, era um prazer; muitas vezes as pessoas queriam fugir de votação de contas, mas uma conta como a dele era um prazer, pela integridade do trabalho dele, sabiam o quanto ele fez pela cidade, porque a família dele vivia lá, ele criou a família dele na cidade, fez o Hospital, fez inúmeras situações para Jaguariúna ser o que era, atualmente, então, mais uma vez agradeceu e disse que ele, como do PTB, se sentia lisonjeado por todo aquele trabalho e por fazer parte do partido que ele fez uma brilhante carreira em Jaguariúna; mais uma vez agradeceu; a seguir, falou sobre a questão do Hospital, dizendo que estavam com a empresa de raio X lá, que mais uma vez naquele dia o raio X quebrou e ele queria explicar algumas questões; disse que esteve no Hospital naquele dia, durante o dia, e teve uma substituição de empresa na semana anterior e a empresa que saiu de uma forma totalmente constrangedora, arrancou todos os fios da parede, arrancou todo o sistema de comunicação do raio X, do tomógrafo, deixando a empresa que iria assumir no sábado, sem nenhuma condição técnica de assumir tudo aquilo, e ele esteve presente e foi uma vergonha muito grande e até uma situação bem peculiar que o raio X não conseguia operar porque sumiu uma peça de dezoito mil reais que a nova empresa tinha recebido, vindo em uma carga, e ele, por coincidência naquele dia, tinha feito um vídeo para falar dos equipamentos novos que estavam chegando e foi visto que aquele equipamento tinha vindo sim e estavam falando que não tinha chegado até o Hospital e mediante a polícia indo lá e interrogando conseguiu descobrir que a empresa que levou a mudança embora também levou o equipamento de raio X para deixar a população desguarnecida, então, foi uma falta de respeito com a população, foi uma semana de muita dificuldade, tendo de comprar mais um equipamento de dezoito mil reais, que conseguiu ser devolvido a tempo, mas que foi uma falta de respeito com a cidade, envergonhava muito uma atitude como aquela de uma empresa que ficou tantos anos em Jaguariúna, trabalhado no hospital; disse, que naquele dia, deu um problema no equipamento, que estava queimado, mas disseram que até o dia seguinte estaria resolvido e eles estavam em cima, com certeza; lembrou que, naquele dia, iriam votar um recurso para o Hospital que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

seria para conseguir quitar as dívidas do Hospital, da ASAMAS, para conseguir fazer participar do processo licitatório que iria acontecer no final do ano, para manutenção da Associação Santa Maria de Saúde, à frente do hospital de Jaguariúna, e todos sabiam da importância da ASAMAS para Jaguariúna e aquela Casa sabia a fundamental importância de tudo aquilo e eles iriam votar uma quantidade para conseguir fechar o ano no azul e acertar a situação da ASAMAS, conforme foi prometido pelo Executivo, e aquela Casa estava fiscalizando, estava em cima, pois se não conseguissem cumprir aquilo não teriam como realizar aquela licitação no final do ano e a ASAMAS teria que, realmente, sair do hospital de Jaguariúna, então, aquilo não iria acontecer, estava sendo cumprido todos os pagamentos para que aquilo fosse resolvido, e também iriam votar uma contingência de gastos da Prefeitura para conseguir remanejar aquele recurso para o Hospital e quando eles falavam de contingenciamento de gastos e era feita uma licitação naquela Casa no valor de setecentos mil reais, era uma coisa muito complicada, no dia anterior se posicionaram totalmente contrários e era muito bom deixar claro que os processos licitatórios não passavam pelas mãos dos Vereadores, nenhum, era simplesmente para o Presidente da Casa, era uma forma que estava no Regimento Interno e que ele, particularmente, era contrário e já estava estudando mecanismos para que a Mesa fosse participante também daqueles processos para que tivesse mais transparência ainda, e como o Fred bem mencionou, o processo eles acompanharam e não viram nenhuma irregularidade no processo, era mais uma questão de imoralidade, aquela Casa, grande parte não compactuava; falou com o Presidente que ele não compactuava com aquela compra, e ele já fez uma transmissão ao vivo naquela Casa com o celular dele, com a internet 3G e foi, a população conseguiu acompanhar das casas delas sem problema algum; então, setecentos mil reais, atualmente gastos, sabendo das necessidades do Hospital, sabendo da forma como passava a cidade, aquele dinheiro poderia estar lá, então, o posicionamento dele era contrário, ele se posicionou com o Presidente, como todos também no dia anterior teve uma reunião na Casa e todos se explanaram ser contrários a tudo aquilo, e tudo mundo tinha explanado e que se o Presidente, naquele dia, cancelasse a licitação, teria de ter uma multa de trinta por cento contratual, então, era uma forma muito complicada, mas ele, particularmente, achava que eles teriam de ver mecanismos de conseguir aquele cancelamento, sim, ele achava que existiam mil maneiras de fazer aquilo, inclusive até vícios no processo licitatório, então, para deixar claro para a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

população, ele era contra aquela aquisição e estava à disposição para qualquer esclarecimento e que o quanto antes fosse resolvida aquela situação e se pudesse ser cancelado melhor para toda população de Jaguariúna (naquele momento houve conversas paralelas na assembléia, fora do microfone) e ele continuou dizendo que ele não sabia; falou de outra questão que ele gostaria de falar sobre a Educação, e que algum grupo de professores colocou, naquela Casa, na semana anterior, com algumas reivindicações e eles montaram uma Comissão, ele o Walter Tozzi, a Cássia, referente às questões que eles achavam pertinentes e não estavam conseguindo um diálogo com a Secretaria de Educação, o Sindicato tomou frente em tudo aquilo, conseguiu marcar uma audiência pública junto com eles, com a Comissão de Educação, que fez um brilhante trabalho, mostrou o papel daquela Casa de conseguir fazer aquele diálogo com o Executivo e aquilo foi muito importante porque, no dia anterior, encerrou a etapa, a Educação atendendo aos pedidos dos professores, colocando datas e metas para que fossem cumpridas o que dizia o Estatuto que, atualmente, já era lei que vários outros requisitos, que os professores, os Educadores mereciam ter o devido respeito e, com certeza, seriam atendidos, então, ele agradecia ao Valdir Parisi que estava no dia anterior na reunião e, em nome dele, os Secretários presentes, e a todo o Sindicato e aquela Comissão de Educação, Walter e a Cássia que também estiveram lá; disse que só para finalizar, falou sobre a feira do Brás e que ele também foi procurado, e era uma questão muito complicada, eles sabiam das dificuldades do comércio local, e que, atualmente, estava difícil para todos e por estarem perto de Campinas, muitas pessoas iam até Campinas e deixavam de comprar no comércio local, e quando vinha uma feira daquele porte, era muito complicado, porque era um comércio desleal e eles não sabiam se aqueles produtos tinham nota fiscal e para o Município era difícil combater a chegada, mas poderia fiscalizar sim, e lá exigir nota fiscal dos produtos que ele tinha a certeza de que não tinha, uma certeza, uma coisa que ele achava, ele não poderia garantir, mas que não tinha a nota fiscal daqueles produtos e como o Fred mesmo disse, eram pessoas que não eram da feira do Brás e era mais no nome mesmo, porque vinha até a cidade vender coisas, produtos baratos e ilusórios, mas de baixa qualidade, oferecendo mil e uma situações sem pagar os impostos da cidade, então, o comerciante ficava em desvantagem; pediu ao Valdir, à Nenê, à Secretária de Gabinete, que pudessem conversar com a fiscalização, que no dia seguinte, se a feira fosse abrir, que a fiscalização estivesse presente, fizesse uma auditoria naquele lugar, com aqueles produtos, porque aquilo era feito com a população



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

na cidade, no comércio local, então, aquilo seria o mínimo de resposta, de respaldo, sabendo que a feira já seria no dia seguinte, porque senão eles teriam de ver mecanismos na Casa, de impedir que feiras como aquela viessem até a cidade e ele achava que aquilo era de se estudar e conseguir para não acontecer outras vezes, então, era basicamente aquilo, e sobre a licitação do Hospital iria acontecer no final do ano e o valor pago pela Prefeitura, eles iriam votar naquela noite; agradeceu a presença de todos, dizendo que estava à disposição para qualquer dúvida; a seguir, a Sra. Secretária informou que, naquele momento, ainda tinha cinco minutos do tempo disponível para a Explicação Pessoal e que haviam muitos inscritos para falar; em seguida, fez uso da palavra o Sr. Cristiano José Cecon que, depois de cumprimentar a todos, disse que, respeitosamente, o Romilson era do partido dele, ele era amigo dele mas, ele também não concordava com o gasto dos setecentos mil reais, ele ficava muito preocupado com a falta do dinheiro, principalmente, na Saúde, porque a morte da mãe dele lhe trouxe experiências de não desperdiçarem dinheiro em coisas desnecessárias; disse que ele tinha uma grande mágoa e achava bem pouco pelo insucesso do Alckmin nas urnas e que ele torceu muito contra ele, pois enquanto ele sorria igual a uma hiena na televisão fazendo campanha, a mãe dele gritava aberta, com a UNICAMP em greve, toda aberta, sem ninguém para atendê-la e ele vendo-o fazer campanha na TV, então, ele ficava muito preocupado com aquilo e tinha a certeza de que quando sobrava dinheiro, tinha de ser investido, prioritariamente, na Saúde; falou que ele queria comemorar naquela semana porque deu certo o chamamento do Esporte, onde estavam com alguns problemas nos pagamentos dos professores de algumas modalidades esportivas, daí deu certo o chamamento, eram modalidades que seriam no Jaguariúna um e dois e na Roseira de Baixo, também em alguns outros bairros; comentou que a partir de segunda feira ele começaria um abaixo assinado e convidou os Vereadores quem lhe quisessem ajudar, seria um abaixo assinado que ele deu bola fora, iria ser com o Skaf, estava tudo combinado, mas ele esperava que o Valdir Parisi o direcionasse com o novo Governador, o Secretário de Saúde, onde ele queria entregar aquele abaixo assinado que era para a eficácia da fila de regulação, porque não adiantava Jaguariúna ter uma boa Saúde, se o paciente demorava anos na fila para fazer uma cirurgia na UNICAMP ou na PUCC, e existiam muitas pessoas sofrendo, muitas pessoas que achavam que cirurgia de quadril não matava mas, matava a pessoa de depressão, de ficar aguardando, então, ele convidava todos os Vereadores, ele iria bairro por bairro, estaria na espera do Secretário dele, o Valdir Parisi, o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

agendamento com o Secretário de Saúde; agradeceu a todos; em seguida, a senhora Secretária informou que o tempo restante para o uso da palavra seria de dois minutos e meio; e a seguir, fez uso da palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres; que cumprimentou a todos os presentes, mais uma vez o querido Tarcisio, o Chefe e ex Prefeito, agradeceu a presença dele e as explicações; cumprimentou o colega dele de Câmara, que o levou para a política, o professor Valdir Parisi, o presidente daquela Casa, e ele teve a honra de ser vice dele, pediu desculpas por não o tê-lo cumprimentado na primeira fala; disse que ele gostaria de ressaltar a questão que o David tinha colocado sobre a Feira do Brás, a Feira da Vinte e Cinco de Março, como era bem conhecida, e que tiveram no passado, quando Fred era o Presidente, o pessoal esteve lá, o Billy os procurou com o pessoal do comércio local e não foi autorizado e que o Tarcisio era o Prefeito e, em uma segunda instância tentaram vir de novo e não conseguiram e, em uma terceira vez, tentaram de novo, armaram as tendas em uma área particular que era do Cido Rosa, próximo da Avenida Antonio Pinto Catão e a Polícia Municipal, Guarda Municipal mais a fiscalização foram lá e recuaram as barracas e não aconteceu, e ele achava que bem colocou o David, porque eles eram uma Casa de Leis, uma Casa de respeito, representantes do povo, bem como a população e o comércio que sofriam com aquela crise do país, eles sabiam, mas que levavam recursos para o Município através dos impostos deles e caberia a eles todos se sentarem com o Jurídico da Casa e fazerem um projeto de lei proibindo, e ele sabia que o RED tinha regularização para feira mas, que restava saber com o Secretário, o Dr. Fabiano, para averiguar aquela documentação, se estava tudo em dia, ele falou com o Waltinho para, no dia seguinte, conversarem com o Dr. Fabiano para saberem se estava no alvará dele, na solicitação dele, o que tinha de pedido, porque tinham alvará, mas poderia ser alvará de feiras agropecuárias e não feiras de vendas de roupas, e eles estavam lá para servir a população e em especial eles que representavam o comércio da cidade; agradeceu a todos. Tendo se esgotado o tempo reservado à Explicação Pessoal, os demais inscritos foram transferidos para uso da palavra na Vigésima Sexta Sessão Ordinária, a se realizar em treze de novembro de dois mil e dezoito, sendo os Srs: Rodrigo da Silva Blanco, José Muniz, Afonso Lopes da Silva, Walter Luís Tozzi de Camaro, Cássia Murer Montagner e Tais Camellini Esteves. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia treze de novembro de dois mil e dezoito, terça-feira, com início determinado para as dezoito e trinta horas, dando início, a seguir, à Tribuna



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Livre e logo após, à Sessão Extraordinária ora convocada. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Romilson Nascimento Silva
Presidente

Vereador Afonso Lopes da Silva
Vice Presidente

Vereadora Cássia Murer Montagner
Primeira Secretária

Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana
Segunda Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019


VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

